



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 1 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|

MINUTA EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do **Centro de Licitações da Secretaria de Estado da Segurança Pública – CNPJ 76.416.932/0001-81**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

| | |
|--|---|
| PREGÃO ELETRÔNICO: Nº GMS: PE-630/2024 UASG: 453079 Nº ComprasGov: 90630/2025 Tipo: Menor preço | ACOLHIMENTO/ABERTURA/DIVULGAÇÃO DE PROPOSTAS: Até 09 h 59 min do dia 05/05/2026 INÍCIO DA SESSÃO / DISPUTA DE LANCES: 10 h 00 min do dia 05/05/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital. |
|--|---|

1 OBJETO:
A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas de acessibilidade**, incluindo troca de peças quando necessário, para atender a demanda do Departamento da Polícia Civil/DPC na Região de Curitiba: (Sede do DPC - Casa Rosada, Sede do Instituto de Identificação do Paraná - IIPR e Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP), Região Metropolitana (Almirante Tamandaré, Araucária, Fazenda Rio Grande, Pinhais, São José dos Pinhais), Litoral (Matinhos e Paranaguá); e Interior: Região Norte do Estado (Ivaiporã e Londrina) e Região Oeste do Estado (Cascavel, Guaíra e Pato Branco).

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:
O **preço global máximo** para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 488.927,76 (quatrocentos e oitenta e oito mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos)** por ano.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Dotação orçamentária: 3921.06.183.30.8497 / 3966.06.183.30.8602
Elemento da despesa: 3390.3916
Fonte: 500.000.000 / 501.000.147 / 703.000.148 / 759.000.113

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:
O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.compras.gov.br.
O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas www.pncp.gov.br, www.comprasparana.pr.gov.br e www.compras.gov.br.
Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira Caroline Maia Leal e equipe de apoio os agentes de Contratação, designados pela Resolução/Portaria n.º 121/2025, servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública.
- **E-mail:** sesp-licitacao@sesp.pr.gov.br
- **Telefones:** (41) 3313-1993
- **Endereço:** Rua Coronel Dulcídio, 800 – CEP 80.420-170, Curitiba/ Paraná
- **O atendimento será feito no horário das 08h30 às 12 h e das 13h30 às 18 h**

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:
5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:
Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico site www.comprasparana.pr.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 2 de 75

até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 3 de 75

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **valor unitário**, fixado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados”.

2.1.2 No sistema de compras eletrônicas, os licitantes deverão lançar obrigatoriamente os valores unitários de cada item. O sistema calculará automaticamente o valor global do lote com base na soma dos valores totais de cada item.

2.2 O **julgamento das propostas** será realizado de acordo com critério de **Menor preço**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 VIGÊNCIA:

4.1 O contrato terá vigência pelo prazo de **12 (doze) meses**, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) **3, 4, 5, 6, 7 e 8** as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência.

Se a ME, EPP ou MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

6 CONSÓRCIO:

6.1 “Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.”

7 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo I A – Instrumento de Medição de Resultado
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Termo de vistoria/declaração de conhecimento;
- Anexo VII – Locais Prestação de serviços;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|--|---|--------------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 4 de 75 |
|--|---|--------------------------------|

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">● Anexo VIII – Minuta de Contrato;● Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;● Anexo X – Declaração LGPD. |
|--|

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal, na página www.compras.gov.br.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal, na página www.compras.gov.br.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor ou, ainda, por meio dos telefones 0800.978.9001 para todas as localidades, suporte técnico realizado de segunda à sexta-feira, de 07:00 às 20:00 horas..

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que apresentem os documentos exigidos para habilitação

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 6 de 75

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

4.3.1 O contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

4.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

4.4.1 Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

4.4.2 Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de **validade da proposta** não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7 Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

4.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 7 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|

utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
4.10 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O **intervalo mínimo de diferença de valores** ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$1,00 (um real)**.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O **Critério de julgamento** adotado será o de **Menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 8 de 75

pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao **licitante mais bem classificado** que, no prazo de **01 (um) dia útil, envie a proposta adequada ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

6.2.3 A **Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante** exclusivamente via sistema, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado **da solicitação do pregoeiro**, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

6.2.4 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 9 de 75

6.2.5 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.5.1 Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexecutável a proposta que apresente lances inferiores a zero (Inciso LVI do art. 2.º do Decreto n.º 10.086/2022).

6.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para o envio de **documento digital complementar**, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.4.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

6.5 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

6.6 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;

6.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

6.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.10 Na hipótese de necessidade de **suspensão da sessão pública** para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada **mediante aviso prévio no sistema** com, **no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

6.11 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar **documento digital complementar**, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.11.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.12 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.13 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.14.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.14.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 10 de 75

6.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

6.16 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3 do edital) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o subitem 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso essa soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 11 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de **recorrer**, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de **3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais** após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar **contrarrazões** ao recurso no prazo de **3 (três) dias úteis** contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O **adjudicatário** será notificado para **assinar o contrato ou retirar a nota de empenho** (ou documento equivalente) no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.1.1 Caso seja exigida **garantia de execução** contratual e o adjudicatário opte pelo **seguro-garantia** como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, **no mínimo, 01 (um) mês**, conforme § 3º, do Art. 96, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 12 de 75

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 13 de 75

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por **90 (noventa) dias** da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba – Paraná, ***datado eletronicamente***

Assinado eletronicamente
Caroline Maia Leal
Responsável pela condução da licitação
Centro de Licitações

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 14 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas de acessibilidade, incluindo troca de peças quando necessário, para atender a demanda do Departamento da Polícia Civil/DPC na região de Curitiba (Sede do DPC - Casa Rosada, Sede do Instituto de Identificação do Paraná - IIPR e Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP), Região Metropolitana (Almirante Tamandaré, Araucária, Fazenda Rio Grande, Pinhais, São José dos Pinhais), Litoral (Matinhos e Paranaguá), Interior região norte do Estado (Ivaiporã e Londrina) e Interior região oeste do Estado (Cascavel, Guaíra e Pato Branco), conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

| LOTE 1 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de CURITIBA (Ampla Concorrência) | | | | | | | |
|---|----------------|--|---|------------|--|--------------------|-------------------|
| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
| 1 | 0314.64 141 | Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa - DHPP | Elevador marca OAMV, modelo OAMV, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 pessoas | 1 | R\$ 833,25 | R\$ 3.656,18 | R\$ 43.874,16 |
| | | Sede DPC – Casa Rosada | Elevador marca Conistel, pavimento P2, capacidade 150 kg | 1 | R\$ 499,50 | | |
| | | Sede DPC – Casa Rosada | Elevador marca Conistel, pavimento P2, capacidade 4 passageiros | 1 | R\$ 708,95 | | |
| | | Sede DPC – Casa Rosada | Plataforma de Acesso Conistel, capacidade máx 225 kg | 2 | R\$ 380,00 | | |
| | | Instituto de Identificação do Paraná – IIPR | Elevador marca Vitaltec, capacidade 400 kg, pavimento P3 | 1 | R\$ 854,48 | | |
| 2 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | R\$ 7.500,00 mensal (R\$ 1.500,00 por delegacia) | R\$ 7.500,00 | R\$ 90.000,00 |
| Valor total do lote 1 | | | | | | | R\$ 133.874,16 |
| LOTE 2 – Manutenção dos elevadores e plataformas na REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (Ampla Concorrência) | | | | | | | |
| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 15 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| 3 | 0314.64 141 | Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré | Elevador marca Daiken, modelo HL 03, pavimento P2, capacidade 225 kg | 1 | R\$ 499,50 | R\$ 4.183,90 | R\$ 50.206,80 |
|---|----------------|--|--|------------|--|--------------------|-------------------|
| | | Delegacia de Polícia de Araucária | Elevador marca Ortobrás, modelo UR EX, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 1 | R\$ 826,10 | | |
| | | Delegacia de Polícia de Fazenda Rio Grande | Elevador marca Otis, modelo FAA24350BK1, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 1 | R\$ 826,10 | | |
| | | Delegacia de Polícia de Pinhais | Elevador marca Elevek top Elevadores, pavimento P2, capacidade 675 kg ou 7 passageiros | 1 | R\$ 826,10 | | |
| | | 1ª Delegacia Regional de Polícia de São José dos Pinhais | Elevador marca Atlas Schindler, Schindler 3300, pavimento P3, capacidade 675 kg | 1 | R\$ 826,10 | | |
| | | Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré | Plataforma de Acesso marca Daiken, modelo Fusion AC 02, capacidade máx 325 kg | 1 | R\$ 380,00 | | |
| 4 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | R\$ 9.000,00 mensal (R\$ 1.500,00 por delegacia) | R\$ 9.000,00 | R\$ 108.000,00 |
| Valor total do lote 2 | | | | | | | R\$ 158.206,80 |
| LOTE 3 – Manutenção dos elevadores e plataformas na REGIÃO LITORAL DO PARANÁ (Exclusivo ME e EPP) | | | | | | | |
| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
| 5 | 0314.64 141 | Delegacia de Polícia de Matinhos | Elevador marca OAMV, modelo OAMV-V700, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 1 | R\$ 826,10 | R\$ 1.652,20 | R\$ 19.826,40 |
| | | 1ª Subdivisão Policial de Paranaguá – 1º SDP | Elevador marca OAMV, Nihil, pavimento P3, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 1 | R\$ 826,10 | | |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 16 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| | | | | | | | |
|-----------------------|------------|---------------------------|--|----------|--|--------------|---------------|
| 6 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | R\$ 3.000,00 mensal (R\$ 1.500,00 por delegacia) | R\$ 3.000,00 | R\$ 36.000,00 |
| Valor total do lote 3 | | | | | | | R\$ 55.826,40 |

LOTE 4 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de IVAIPORÃ (Exclusivo ME e EPP)

| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
|--------------------|-------------|---|--|------------|-------------------------------------|--------------------|-------------------|
| 7 | 0314.64 141 | 54ª Delegacia Regional de Polícia de Ivaiporã | Elevador marca Montele, modelo EL 200, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 1 | R\$ 826,10 | R\$ 826,10 | R\$ 9.913,20 |
| 8 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | R\$ 1.500,00 mensal (por delegacia) | R\$ 1.500,00 | R\$ 18.000,00 |
| Valor total lote 4 | | | | | | | R\$ 27.913,20 |

LOTE 5 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de LONDRINA (Exclusivo ME e EPP)

| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
|--------------------|-------------|---|--|------------|-------------------------------------|--------------------|-------------------|
| 9 | 0314.64 141 | 10ª Subdivisão Policial de Londrina – 10ª SDP | Elevador de passageiros marca Libra, pavimento P3, capacidade 675 kg | 1 | R\$ 826,10 | R\$ 826,10 | R\$ 9.913,20 |
| 10 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | R\$ 1.500,00 mensal (por delegacia) | R\$ 1.500,00 | R\$ 18.000,00 |
| Valor total lote 5 | | | | | | | R\$ 27.913,20 |

LOTE 6 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de CASCAVEL (Exclusivo ME e EPP)

| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
|------|-------------|---|--|------------|----------------|--------------------|-------------------|
| 11 | 0314.64 141 | 15ª Subdivisão Policial de Cascavel – 15ª SDP | Elevador de passageiros marca Libra, Elevador hidráulico cabina 1200X1400, pavimento P3, capacidade 675 kg | 1 | R\$ 866,50 | R\$ 866,50 | R\$ 10.398,00 |
| 12 | 3903- | Todas as | Reposição de peças no | 12 meses | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 18.000,00 |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 17 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| | | | | | | | |
|--|----------------|---|---|------------|--|--------------------|-------------------|
| | 95382 | unidades do lote | valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | | mensal (por delegacia) | | |
| Valor total lote 6 | | | | | | | R\$ 28.398,00 |
| LOTE 7 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de GUAÍRA (Exclusivo ME e EPP) | | | | | | | |
| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
| 13 | 0314.64 141 | 13ª Delegacia Regional de Polícia de Guaíra | Elevador marca Atlas Schindler, Schindler 3000, pavimento P2, capacidade 630 kg ou 8 pessoas | 1 | R\$ 866,50 | R\$ 866,50 | R\$ 10.398,00 |
| 14 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | R\$ 1.500,00 mensal (por delegacia) | R\$ 1.500,00 | R\$ 18.000,00 |
| Valor total lote 7 | | | | | | | R\$ 28.398,00 |
| LOTE 8 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de PATO BRANCO (Exclusivo ME e EPP) | | | | | | | |
| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
| 15 | 0314.64 141 | 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco | Elevador marca Ortobrás, modelo LW 1001, pavimento P3, capacidade 600 kg ou 8 pessoas | 1 | R\$ 866,50 | R\$ 866,50 | R\$ 10.398,00 |
| 16 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | R\$ 1.500,00 mensal (por delegacia) | R\$ 1.500,00 | R\$ 18.000,00 |
| Valor total lote 8 | | | | | | | R\$ 28.398,00 |
| VALOR TOTAL ANUAL (SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO) | | | | | | | R\$ 164.927,76 |
| VALOR TOTAL ANUAL (REPOSIÇÃO DE PEÇAS) | | | | | | | R\$ 324.000,00 |
| VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO | | | | | | | R\$ 40.743,98 |
| VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO | | | | | | | R\$ 488.927,76 |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 18 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

O valor máximo global do certame perfaz a previsão mensal de R\$ 40.743,98 (quarenta mil setecentos e quarenta e três reais e noventa e oito centavos) mensais, totalizando a quantia de R\$ **488.927,76 (quatrocentos e oitenta e oito mil novecentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos)** divididos entre os 8 (oito) lotes que farão parte do certame.

A aquisição de peças para reposição fica limitado ao valor estabelecido de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais) anuais.

No caso de peças com valor superior ao limite estabelecido, ou, em qualquer caso que seja vantajoso para a contratante, as peças serão adquiridas em processo próprio de aquisição.

1.1.1. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados nos quadros acima.

1.1.2. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.1.3. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

| LOTE 1 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de CURITIBA (Ampla Concorrência) | | | | | |
|---|--|-------------------------|---------|------------|---|
| Item | Marca/Modelo/Especificação | Capacidade | Paradas | Quantidade | Local |
| 1 | Elevador marca OAMV, modelo OAMV, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 pessoas | 600 kg ou 8 passageiros | 2 | 1 | Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP Curitiba |
| | Elevador marca Conistel, pavimento P2, capacidade 150 kg | 150 kg | 2 | 1 | Sede DPC Casa Rosada |
| | Elevador marca Conistel, pavimento P2, capacidade 4 passageiros | 4 passageiros | 2 | 1 | Sede DPC Casa Rosada |
| | Plataforma de Acesso Conistel, capacidade máx 225 kg | 225 kg | - | 2 | Sede DPC Casa Rosada |
| | Elevador marca Vitaltec, capacidade 400 kg, pavimento P3 | 400 kg | 3 | 1 | Instituto de Identificação do Paraná – IIPR |
| 2 | Reposição de peças no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | | | 12 meses | Todas as unidades do lote |
| LOTE 2 – Manutenção dos elevadores e plataformas na REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (Ampla Concorrência) | | | | | |
| Item | Marca/Modelo/Especificação | Capacidade | Paradas | Quantidade | Local |
| 3 | Elevador marca Daiken, modelo HL 03, pavimento P2, capacidade 225 kg | 225 kg | 2 | 1 | Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré |
| | Elevador marca Ortobrás, modelo UR EX, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 600 kg ou 8 passageiros | 2 | 1 | Delegacia de Polícia de Araucária |
| | Elevador marca Otis, modelo FAA24350BK1, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 600 kg ou 8 passageiros | 2 | 1 | Delegacia de Polícia de Fazenda Rio Grande |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 19 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| | | | | | |
|---|--|-------------------------|---|----------|--|
| | Elevador marca Elevek top Elevadores, pavimento P2, capacidade 675 kg ou 7 passageiros | 675 kg ou 7 passageiros | 2 | 1 | Delegacia de Polícia de Pinhais |
| | Elevador marca Atlas Schindler, Schindler 3300, pavimento P3, capacidade 675 kg | 675 kg | 3 | 1 | 1ª Delegacia Regional de Polícia de São José dos Pinhais |
| | Plataforma de Acesso marca Daiken, modelo Fusion AC 02, capacidade máx 325 kg | 325 kg | - | 1 | Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré |
| 4 | Reposição de peças no valor de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | | | 12 meses | Todas as unidades do lote |

LOTE 3 – Manutenção dos elevadores e plataformas na REGIÃO LITORAL DO PARANÁ (Exclusivo ME e EPP)

| Item | Marca/Modelo/Especificação | Capacidade | Paradas | Quantidade | Local |
|------|--|-------------------------|---------|------------|-------------------------------------|
| 5 | Elevador marca OAMV, modelo OAMV-V700, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 600 kg ou 8 passageiros | 2 | 1 | Delegacia de Polícia de Matinhos |
| | Elevador marca OAMV, Nihil, pavimento P3, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 600 kg ou 8 passageiros | 3 | 1 | 1ª Subdivisão Policial de Paranaguá |
| 6 | Reposição de peças no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | | | 12 meses | Todas as unidades do lote |

LOTE 4 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de IVAIPORÃ (Exclusivo ME e EPP)

| Item | Marca/Modelo/Especificação | Capacidade | Paradas | Quantidade | Local |
|------|--|------------|---------|------------|---|
| 7 | Elevador marca Montele, modelo EL 200, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 600 kg | 2 | 1 | 54ª Delegacia Regional de Polícia de Ivaiporã |
| 8 | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | | | 12 meses | Todas as unidades do lote |

LOTE 5 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de LONDRINA (Exclusivo ME e EPP)

| Item | Marca/Modelo/Especificação | Capacidade | Paradas | Quantidade | Local |
|------|--|------------|---------|------------|-------------------------------------|
| 9 | Elevador de passageiros marca Libra, pavimento P3, capacidade 675 kg | 675 kg | 3 | 1 | 10ª Subdivisão Policial de Londrina |
| 10 | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | | | 12 meses | Todas as unidades do lote |

LOTE 6 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de CASCAVEL (Exclusivo ME e EPP)

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 20 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| Item | Marca/Modelo/Especificação | Capacidade | Paradas | Quantidade | Local |
|--|--|---------------------|---------|------------|---|
| 11 | Elevador de passageiros marca Libra, Elevador hidráulico cabina 1200X1400, pavimento P3, capacidade 675 kg | 675 kg | 3 | 1 | 15ª Subdivisão Policial de Cascavel |
| 12 | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | | | 12 meses | Todas as unidades do lote |
| LOTE 7 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de GUAÍRA (Exclusivo ME e EPP) | | | | | |
| Item | Marca/Modelo/Especificação | Capacidade | Paradas | Quantidade | Local |
| 13 | Elevador marca Atlas Schindler, Schindler 3000, pavimento P2, capacidade 630 kg ou 8 pessoas | 630 kg ou 8 pessoas | 2 | 1 | 13ª Delegacia Regional de Polícia de Guaíra |
| 14 | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | | | 12 meses | Todas as unidades do lote |
| LOTE 8 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de PATO BRANCO (Exclusivo ME e EPP) | | | | | |
| Item | Marca/Modelo/Especificação | Capacidade | Paradas | Quantidade | Local |
| 15 | Elevador marca Ortobrás, modelo LW 1001, pavimento P3, capacidade 600 kg ou 8 pessoas | 600 kg ou 8 pessoas | 3 | 1 | 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco |
| 16 | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | | | 12 meses | Todas as unidades do lote |

1.2.1 Incluem-se no preço mensal do Contrato os custos de mão de obra, deslocamentos, chamados de emergência, emissão de ART, serviço de troca de peças, fornecimento de materiais de consumo, ferramentas, maquinários, equipamentos, aparelhos de medição e testes indispensáveis a execução dos serviços

*Observação: O valor anual provisionado para ressarcimento de peças de manutenção, referem-se ao pagamento do valor de peças, componentes e outros materiais, e será efetuado apenas quando houver necessidade de substituição. Portanto, estes valores não constituem garantia de faturamento da CONTRATADA. O pagamento ocorrerá por meio de reembolso, após comprovação dos gastos com a apresentação da nota fiscal de aquisição da peça, e será pago o menor valor encontrado entre a nota fiscal e a pesquisa de mercado efetuada pelo CONTRATADA.

1.2.2 Os serviços devem incluir manutenção preventiva e corretiva na forma prevista na ABNT NBR 16083, na ABNT NBR 9386-1 e nas demais legislações vigentes, com fornecimento de insumos, componentes e peças (novas e originais do fabricante do equipamento).

1.2.3 Os serviços devem incluir resgate de pessoas, 24 horas por dia, todos os dias do ano, na forma prevista na ABNT NBR 16083 e demais legislações vigentes. Somente os mecânicos da empresa responsável tecnicamente pelo equipamento ou o Corpo de Bombeiros e na sua ausência, o órgão da Defesa Civil, poderão remover pessoas presas no interior do equipamento.

1.2.4 Será obrigatória a inspeção anual dos elevadores e plataformas de acessibilidade, a cargo do responsável técnico da empresa de manutenção, que deverá expedir Relatório de Inspeção Anual (RIA). A primeira inspeção anual desse nível será realizada no primeiro mês da vigência da contratação do serviço de manutenção.

1.2.5 ESPECIFICAÇÕES SOBRE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 21 de 75

1.2.5.1 GENERALIDADE MANUTENÇÃO PREVENTIVA CORRETIVA

Definições:

- a) Manutenção corretiva: serviço de reparo do equipamento após defeito ou falha, ou realização de operação de resgate.
- b) Manutenção preventiva: serviço periódico para reduzir falhas, melhorar desempenho e substituição de peças com vida útil vencida.
- c) Operação de resgate: operação iniciada após o recebimento de comunicação de pessoa presa em elevador e terminada pela soltura da pessoa.
- d) Defeito: Funcionamento parcial ou fora dos padrões esperados.
- e) Falha: Paralisação no funcionamento do equipamento, que torne impossível sua utilização.
- f) Responsável na unidade: fiscal ou servidor por ele formalmente indicado.
- g) Relatório de manutenção: descrição formal dos serviços realizados em visita técnica;
- h) Elevador: equipamento conforme descrição neste Estudo.
- i) Manutenção de serviços especializados: subentende-se todo e qualquer serviço que exigir serviço especializado de fábrica, exigir serviço técnico de alta especialização, ou ainda exigir a substituição de peças e acessórios, não disponíveis no mercado, necessários para reparar o equipamento e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido.
- j) RIA - Relatório de Inspeção Anual: Documento que deve ser emitido, após vistoria minuciosa em cada um desses aparelhos, pelas empresas conservadoras de elevadores e equipamentos similares

1.2.5.2 RELATIVO AO SERVIÇO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVA E/OU CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS:

Realizar manutenção em todos os acessórios (mecânicos, elétricos e eletrônicos) que compõem os elevadores, casa de máquinas, área de poço, cabine, pavimento de acesso e etc.

A CONTRATADA deverá apresentar em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato:

- **Memorial descritivo completo dos elevadores e plataformas elevatórias, com a inclusão das especificações técnicas completas e do estado atual dos equipamentos**

- Plano de Manutenção Periódica Preventiva e Corretiva, contendo roteiro de trabalho de acordo com os serviços apresentados neste Estudo.

Incluem-se no preço mensal do Contrato os custos dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, de mão de obra, deslocamentos, chamados de emergência, emissão de ART, serviço de troca de peças, fornecimento de materiais de consumo, acessórios, ferramentas, maquinários, equipamentos, aparelhos de medição e testes indispensáveis a execução dos serviços.

As manutenções bem como as substituições e reparos de componentes e peças, devem ser efetuadas com componentes novos e originais. No serviço estará incluso pelo menos uma visita mensal de manutenção preventiva, número ilimitado de visitas para assistência técnica, responsabilidade técnica perante o CREA/PR, disponibilização de todo o ferramental e produtos para a manutenção, além de todos os testes de segurança, lubrificação dos componentes, limpeza em geral e ajustes necessários.

A CONTRATADA deverá diagnosticar falhas e/ou defeitos que imponham a necessidade de substituição de peças e/ou reparos diversos, com a devida anotação no relatório de manutenção, apresentação de formulário próprio de requisição de peças e demais procedimentos (com nome e descrição de peça a ser adquirida) com prazo para a substituição da peça;

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação de **garantia total de no mínimo 06 (seis) meses** para toda e qualquer peça ou acessório aplicado e para todo e qualquer serviço especializado, aplicado para a execução da manutenção, a contar da data de entrega da peça/acessório ou da data final de serviço especializado.

A CONTRATADA deverá atender as exigências estabelecidas na NBR 16083:2012 que aborda, entre outros itens, lubrificação e limpeza; verificação das funcionalidades; operações de resgate de passageiros; operações de configurações e ajustes; reparos ou mudanças de componentes que podem ocorrer devido ao desgaste e que não afetem as características da instalação, com fornecimento de peças e componentes novos e originais, em conformidade com o manual dos equipamentos.

Os serviços devem incluir resgate de pessoas, 24 horas por dia, todos os dias do ano, na forma prevista na ABNT NBR 16083 e demais legislações vigentes. Somente os mecânicos da empresa responsável tecnicamente pelo equipamento ou o Corpo de Bombeiros e na sua ausência, o órgão da Defesa Civil, poderão remover pessoas presas no interior do equipamento.

Será obrigatória a inspeção anual rigorosa dos aparelhos de transporte, a cargo do responsável pela empresa de manutenção, que deverá expedir **Relatório de Inspeção Anual (RIA)**, assinado pelo

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 22 de 75

responsável técnico. A primeira inspeção anual desse nível será realizada no primeiro mês da vigência da contratação do serviço de manutenção.

A CONTRATADA deverá emitir **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** pela manutenção do equipamento, **por meio de profissional devidamente habilitado perante o CREA/PR**. O objeto que se pretende contratar está incluso no rol de Atividades Econômicas do CREA/PR que exigem registro:

I - CNAE 4329-1/03: "Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, exceto de fabricação própria."

A CONTRATADA deverá disponibilizar um telefone 0800, telefone fixo, e celular, para abertura de chamados de emergência e de manutenção corretiva, com prazo de 1 (uma) hora para a atendimento da chamada de emergência e 24 (vinte e quatro) horas para os demais casos, devendo A CONTRATADA em qualquer dos casos, obrigada a colocar os elevadores e plataformas de acessibilidade em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da chamada da CONTRATADA.

1.2.6 VISITA TÉCNICA

Em visita técnica para qualquer serviço de manutenção preventiva e/ou corretiva, a CONTRATADA deverá:

- Informar ao fiscal do contrato sobre data e hora aproximada da visita, com antecedência, por meio de e-mail, sendo que o fiscal poderá solicitar para alterar a data e que esta deve ser escolhida em comum acordo entre as partes;
- O técnico deve informar ao fiscal de sua chegada antes do início da realização dos serviços e tempo estimado;
- Realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, conforme o caso, sempre informando e solicitando informações para o fiscal, caso necessário.
- Informar ao fiscal sobre a finalização da realização dos serviços, informar quais as condições dos equipamentos, (se está em funcionamento ou não, troca de peças, etc) entregar cópia do relatório de manutenção (é vedada a entrega *a posteriori* e a cópia deve ser fornecida pela CONTRATADA) e outros documentos que se fizerem necessários.
- Para chamados de manutenção corretiva, a contratada deverá concluir a regularização do funcionamento do equipamento que apresentar defeito no prazo máximo de 24 horas, contados da chamada da contratante, procedendo a manutenção corretiva substituindo ou reparando, segundo critérios técnicos, as peças ou componentes defeituosos. Caso a peça ou componente necessário para o reparo não esteja disponível para pronta entrega em Curitiba, a contratada deverá apresentar declaração do revendedor autorizado do fabricante justificando o atraso e informando a previsão de entrega da peça.

1.2.7 RELATÓRIO MENSAL:

Fornecer relatório de manutenção ao finalizar quaisquer serviços de manutenção, e/ou chamados, que deve conter as seguintes informações:

- Identificação do equipamento (modelo, marca e patrimônio);
- Data de realização do serviço;
- Descrição dos problemas encontrados (se houver);
- Descrição dos serviços/procedimentos realizados;
- Descrição das peças trocadas (se houver);
- Nome, assinatura e número do registro no conselho do profissional técnico que realizou o serviço;
- Campo para nome e assinatura do fiscal do contrato.

1.2.8 LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.2.8.1 LOTE 01 ITEM 01

Divisão de Homicídios e Proteção Pessoa DHPP - Rua Paulo Turkiewicz, 145, Tarumã, Curitiba/PR – CEP 82.821-030 – e-mail dhpp@pc.pr.gov.br – Tel: (41) 3261-6000.

1.2.8.2 LOTE 01 ITEM 01

Departamento da Polícia Civil – Casa Rosada – Avenida Iguaçu 470, Rebouças, Curitiba/PR – CEP 80230-020 – e-mail: arc@pc.pr.gov.br , executiva@pc.pr.gov.br – Tel: (41) 3235-6400.

1.2.8.3 LOTE 01 ITEM 01

Instituto de Identificação do Paraná IIPR - Rua Pedro Ivo, 386, Centro, Curitiba/PR - CEP 80.010-020 – e-mail: - Tel: (41) 3320-2700 e (41) 3200-5001.

1.2.8.4 LOTE 02 ITEM 02

Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré – Rua Domingos Scucato, 1166, Jardim Monte Santo, Almirante Tamandaré/PR – CEP 83.501-020, e-mail: dpalmirantetamandare@pc.pr.gov.br - Tel: (41) 3874-5100.

1.2.8.5 LOTE 02 ITEM 02

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 23 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

Delegacia de Polícia de Araucária – Rua Santa Catarina, 580, Cachoeira, Araucária, Paraná/PR – CEP 83.708-440 e-mail: dparaucaria@pc.pr.gov.br - **Tel:** (41) 3641-6000.

1.2.8.6 LOTE 02 ITEM 02

Delegacia de Polícia de Fazenda Rio Grande – Rua Ten. Sandro Luiz Kampa 114, Pioneiros, Fazenda Rio Grande/PR – CEP: 83.833-090 – e-mail: dpfazendariogrande@pc.pr.gov.br – Tel: (41) 3608-7200.

1.2.8.7 LOTE 02 ITEM 02

Delegacia de Polícia de Pinhais – Rua Europa 211, Centro, Pinhais/PR – CEP: 83.323-300 – e-mail: dppinhais@pc.pr.gov.br – Tel: (41) 3665-5250.

1.2.8.8 LOTE 02 ITEM 2

1ª Delegacia Regional de Polícia de São José dos Pinhais – Rua Argemiro Lemos Baptista, s/nº, Cidade Jardim, São José dos Pinhais/PR – CEP: 80.035-335 – e-mail: dpsaojosepinhais@pc.pr.gov.br – Tel: (41) 3587-6800.

1.2.8.9 LOTE 02 ITEM 2

Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré – Rua Domingos Scucato, 1166, Jardim Monte Santo, Almirante Tamandaré/PR – CEP 83.501-020, e-mail: dpalmirantetamandare@pc.pr.gov.br - **Tel:** (41) 3874-5100.

1.2.8.10 LOTE 03 ITEM 3

Delegacia de Polícia de Matinhos – Rua Antonina s/n, Centro, Matinhos/PR – CEP: 83.260-000 – e-mail: dpmatinhos@pc.pr.gov.br – Tel: (41) 3511-0300.

1.2.8.11 LOTE 03 ITEM 3

1a Subdivisão Policial de Paranaguá – Rua Domingos Peneda 2850, Vila Itiberê, Paranaguá/PR – CEP: 83.209-235 – e-mail: dpparanagua@pc.pr.gov.br – Tel: (41) 3420-3600.

1.2.8.12 LOTE 04 ITEM 4

54ª Delegacia Regional de Polícia de Ivaiporã – Rua Ceará, 2410, Centro, Ivaiporã/PR – CEP 86.870-000, e-mail: dpivaipora@pc.pr.gov.br - **Tel:** (43) 3472-1181.

1.2.8.13 LOTE 05 ITEM 5

10ª Subdivisão Policial de Londrina – Avenida Luigi Amorese esquina com Av. Universo, Londrina/PR – CEP 86.039-060, e-mail: dplondrina@pc.pr.gov.br - **Tel:** (43) 3878-3000

1.2.8.14 LOTE 06 ITEM 6

15ª Subdivisão Policial de Cascavel – Rua Eduardo Tadeu Mellani, 208, Centro, Cascavel/PR – CEP 85.801-070, e-mail: dpcascavel@pc.pr.gov.br - **Tel:** (45) 3301-5700

1.2.8.15 LOTE 07 ITEM 7

13ª Delegacia Regional de Polícia de Guaíra – Rua Ministro Gabriel Passos, 365, São José, Guaíra/PR – CEP 85.980-000, e-mail: dpguaira@pc.pr.gov.br - **Tel:** (44) 3642-8900

1.2.8.16 LOTE 08 ITEM 8

5ª Subdivisão Policial de Pato Branco – Travessa Goiás, 55, Centro, Pato Branco/PR – CEP 85.505-005, e-mail: dppatobranco@pc.pr.gov.br – Tel: (46) 3220-0200

Caso não seja possível a realização do serviço de manutenção *in loco*, a CONTRATADA deverá encaminhar documento solicitando à CONTRATANTE autorização para remoção do equipamento e/ou peça para local adequado para que sejam realizados os serviços, acompanhado de justificativa técnica; sendo que as despesas da remoção e realocação do equipamento são de responsabilidade da CONTRATADA. A contratada deverá executar os serviços de manutenção acima previsto em, no máximo, 15 dias.

1.2.9 As seguintes operações **não** são consideradas operações de manutenção:

- a) Substituição total da instalação;
- b) Alteração das características técnicas da instalação (como velocidade, carga nominal e etc);
- c) Remoção de água, resíduos perigosos e/ou infectantes, do poço;
- d) Eliminação de vazamentos de água na casa de máquinas;
- e) Assistência para transporte de materiais (cargas incomuns) em elevadores de passageiro

1.2.10 A CONTRATADA deverá executar os serviços no horário normal de expediente para qualquer anormalidade verificada nos elevadores e/ou plataforma. Fora deste horário, ou dos dias explícitos, deverá ser autorizado ou solicitado pela administração, sempre que necessário e executado sem quaisquer ônus para a administração.

1.2.10.1 A contratada deverá manter plantão de atendimento ininterrupto, 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, para chamados de emergência e afixar, nos elevadores, o número telefônico fixo de celular e um 0800 para o contato.

1.2.10.2 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, portadores de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 24 de 75

1.2.10.3 Manter nos locais de realização de serviços, pessoal devidamente uniformizado, identificando-os através de crachás com fotografia recente e portando todos os Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's) necessários para a execução dos seus trabalhos, de acordo com a legislação vigente.

1.2.11 SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Relativo ao serviço de manutenção preventiva a CONTRATADA deverá:

- a)** Executar todos e quaisquer serviços periódicos necessários de vistoria, inspeção, limpeza, lubrificação, verificação, regulagem, testes e troca de peças, para diminuir falhas, ampliar a vida útil e melhorar desempenho, sendo que estes deverão manter as suas condições originais e adequadas de funcionamento do equipamento.
- b)** Realizar visitas técnicas periódicas (pelo menos 1 vez ao mês) na unidade para realizar manutenção preventiva, sem a necessidade de a CONTRATANTE realizar nenhum tipo de chamado (visita técnica conforme roteiro do item 1.2.6);
- c)** No início do contrato e sempre que necessário deverá ser realizado uma avaliação técnica e com autorização do fiscal do contrato, para realização de um planejamento de manutenções preventivas dos equipamentos listados em contrato;
- d)** Fornecer e fixar uma etiqueta adesiva no equipamento que deverá constar as datas da última e da próxima manutenção preventiva.
- e)** Realizar as visitas técnicas no horário normal de expediente, salvo por autorização e/ou solicitação da CONTRATANTE, em casos excepcionais devidamente justificados;
- f)** Realizar troca de peças com vida útil vencida;
- g)** Realizar visitas técnicas na periodicidade correta de cada manutenção;
- h)** Seguir todas e quaisquer manutenções preventivas indicadas pelo fabricante do equipamento ou normas, respeitada a periodicidade mínima prevista.

1.2.12 SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

Relativo ao serviço de manutenção corretiva a CONTRATADA deverá:

- a)** Executar todos os serviços necessários para diagnóstico e reparo do equipamento, sendo que este deverá voltar as suas condições adequadas e originais de funcionamento, após defeito, falha e/ou operação de resgate no prazo máximo de 24 horas, contados do chamado do contratante.
- b)** Proceder mediante chamada ou quando for observado defeito durante a manutenção preventiva e não puder ser realizado o reparo no momento.
- c)** Numerar as chamadas preferencialmente no formato número/ano. A numeração deverá ser sequencial na ordem que ocorrerem as chamadas, com a numeração sendo zerada ao início de cada ano. A numeração e a descrição deverão ser informadas à CONTRATANTE, por escrito, assim que seja solicitada a chamada.
- d)** A contratada deverá manter sobreaviso para atender eventuais chamados técnicos, emergências e demais que se fizerem necessários, fora do horário de prestação de serviço.
- e)** A contratada deverá disponibilizar um número fixo de celular e um 0800 para acionamento do sobreaviso pela contratante (o número deverá ser fixado no equipamento, em local de fácil visualização, no exterior e interior do equipamento)
- f)** Realizar quantos chamados de manutenção corretiva forem necessários sem custo adicional para a CONTRATANTE;

1.2.12.1 O procedimento para manutenção corretiva deverá ser na ordem descrita a seguir:

- a)** Assim que o equipamento apresentar qualquer falha, defeito e/ou necessidade de operação de resgate, a CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA, através do número de celular de emergência ou 0800 e posteriormente por escrito, preferencialmente por e-mail. Caso o defeito seja constatado durante manutenção preventiva a CONTRATADA, deverá responsabilizar-se pela abertura do chamado (caso necessário), assim como anotação no relatório de manutenção preventiva.
- b)** A equipe da CONTRATADA deverá ir até a unidade solicitante, no prazo máximo de 2 horas (120 minutos) em caso de falha e no prazo máximo de 24 horas em caso de defeito, para realizar o conserto do equipamento, ou realizar diagnóstico e elaborar lista de peças para aquisição das mesmas. O atendimento deverá ser realizado durante o horário de expediente da unidade solicitante, exceto se autorizado pela unidade fora do horário de expediente.
- c)** os chamados de emergência deverão ser atendidos em no máximo 30 (trinta) minutos contados do recebimento da chamada, podendo ocorrer todos os dias da semana, 24 horas por dia. São considerados chamados de emergência os que decorrerem de acidentes ou em caso de passageiros presos na cabine.
- d)** A aquisição das peças que se fizerem necessárias será responsabilidade total da CONTRATADA.
- e)** Após a aquisição das peças, o contratado deve realizar nova visita para o reparo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) horas após a convocação. Na ocasião dos serviços deve-se entregar relatório de manutenção corretiva realizado.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 25 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

- f) A autorização para fechamento da ordem de serviço deverá ser por escrito pelo fiscal do contrato.
- g) Quando houver necessidade de maior prazo para a execução do serviço, a contratada deverá imediatamente formalizar a comunicação ao contratante, justificando e propondo novo prazo, que será feita pela contratada, o qual poderá ou não ser aceito pelo fiscal do Contrato.

1.2.13 ESPECIFICAÇÃO SOBRE SERVIÇO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS

1) Deverá ser realizado serviço de gestão de equipamentos, sendo que este se trata de informações técnicas e relatórios necessárias para auxiliar a CONTRATANTE na tomada de decisões. Estando compreendido nisto: histórico do equipamento, estatísticas de manutenção, lista de peças de reposição, pareceres técnicos, avaliações de obsolescência.

2) Deverá realizar, de forma contínua, os seguintes serviços de gestão de equipamentos:

a) Elaborar histórico dos equipamentos o qual é responsabilidade da CONTRATADA manter este sempre atualizado.

b) Elaborar estatísticas de manutenção que deverão ser apresentadas com todos os indicadores comuns à área (Tempo de resposta, índice de quebra, tempo médio entre falhas, etc.).

c) Acompanhar e orientar a rotina de utilização dos equipamentos, sugerir rotinas para aumentar sua vida útil, aperfeiçoar a confiabilidade de seu desempenho e minimizar os danos ao equipamento, decorrentes de defeito ou mau uso. As orientações deverão ser feitas por escrito.

3) Deverá ser realizado sempre que solicitado pela CONTRATANTE, ou informar quando necessário:

a) Emitir pareceres técnicos relacionados a eventos adversos ocorridos nos equipamentos.

b) Efetuar a avaliação da obsolescência dos equipamentos e peças, e sugerir novos a serem substituídos. Essa avaliação deve ser devidamente justificada, por meio de prova documental, a inviabilidade do uso daquele equipamento ou peças.

c) Elaborar relatórios técnicos e laudos que contribuam na avaliação dos equipamentos, além das condições ambientais para os equipamentos (aterramento, climatização, iluminação, etc). Estes deverão estar devidamente assinados por profissional técnico responsável pela empresa, descrevendo o problema encontrado, e a solução a ser adotada. Caso solicitado pela CONTRATANTE, medições deverão ser feitas, para comprovar o que está no laudo, que caso estas não sejam realizadas considera-se o laudo sem efeito. Os equipamentos para medição por averiguação, e casos se comprovem improcedentes, o profissional e a CONTRATADA poderão ser responsabilizados.

4) Deverá ser realizado sob sugestão e concordância entre CONTRATANTE e da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE:

a) Elaborar orientações operacionais para os usuários (servidores) operadores dos equipamentos, tendo como escopo itens como instruções operacionais, princípios de funcionamento, limpeza e desinfecção, solução de problemas, etc.

5) O histórico de equipamentos deverá conter:

a) Modelo, tipo, marca e capacidade do elevador;

b) Local;

c) Data de aquisição (se possível);

d) Identificação da empresa;

e) Data e descrição das: manutenções corretivas e preventivas,

f) Serviços realizados,

g) Componentes e acessórios substituídos

h) Orientações técnicas aos usuários

A lista de atividades apresentada a seguir está alinhada com as verificações típicas sugeridas na Norma ABNT 16083:2021 e servirá de guia para elaboração do plano de manutenção preventiva, que deverá ser providenciado pelo profissional técnico responsável e submetido à FISCALIZAÇÃO.

| Item | Atividade | Frequência |
|-------------------------------|---|------------|
| Geral | Verificar se todos os componentes estão limpos e livres de pó ou corrosão, se necessário corrigir | Mensal |
| Área do poço | Verificar se há excesso de óleo e graxa nas extremidades das guias, se necessário corrigir | Mensal |
| | Verificar se a área do poço está limpa, seca e livre de detritos, se necessário corrigir | |
| Dispositivo antipulo da polia | Verificar se o movimento e a operação estão livres, se necessário corrigir | Mensal |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 26 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| | | |
|---|---|------------|
| dos cabos de compensação | Verificar a tensão igual dos cabos, se necessário corrigir | Trimestral |
| | Verificar os contatos elétricos, se necessário corrigir | Mensal |
| | Verificar a lubrificação, se necessário corrigir. | |
| Para-choques | Verificar o nível do óleo, se necessário corrigir; | Mensal |
| | Verificar a lubrificação, se necessário corrigir; | |
| | Verificar o contato elétrico, se necessário corrigir; | |
| | Verificar as fixações, se necessário corrigir; | |
| | Verificar o aspecto geral, se necessário corrigir; | |
| | Verificar a operação, se necessário corrigir; | Semestral |
| Motor de acionamento e gerador | Verificar o desgaste dos mancais; se necessário corrigir; | Mensal |
| | Verificar a lubrificação; se necessário corrigir; | |
| | Verificar a condição do comutador e das escovas; se necessário corrigir; | Anual |
| | Verificar as correias; se necessário corrigir; | Bimestral |
| | Verificar a ventilação forçada; se necessário corrigir; | Semestral |
| | Verificar os eixos, principalmente os de três pontos de apoio, quanto à existência de trincas. se necessário corrigir; | Anual |
| Caixa de engrenagem (reductor) | Verificar o desgaste da engrenagem; se necessário corrigir/substituir; | Anual |
| | Verificar as folgas; se necessário corrigir; | |
| | Verificar os vazamentos; se necessário corrigir; | Mensal |
| | Verificar a lubrificação e nível de óleo; se necessário corrigir; | |
| | Verificar os eixos, principalmente os de três pontos de apoio, quanto à existência de trincas. se necessário corrigir/substituir; | Anual |
| Polição de tração (motriz) e polias de desvio de cabos de suspensão | Verificar a condição e desgaste das ranhuras; se necessário corrigir; | Anual |
| | Verificar se há ruído anormal e/ou vibração nos mancais; se necessário corrigir; | Mensal |
| | Verificar proteções; se necessário corrigir; | |
| | Verificar lubrificação; se necessário corrigir; | |
| | Verificar eixos, principalmente os de três pontos de apoio, quanto à existência de trincas. se necessário corrigir; | Anual |
| Freio eletromecânico | Verificar o sistema de frenagem; se necessário corrigir; | Semestral |
| | Verificar o desgaste das partes; se necessário corrigir; | Mensal |
| | Verificar a exatidão da parada; se necessário corrigir; | |
| | Verificar os contatos elétricos se necessário corrigir; | |
| Painel de Comando (controle) | Verificar se o painel está limpo, seco e livre de pó. se necessário corrigir; | Mensal |
| Limitador de velocidade, polia tensora e cabo do limitador | Verificar o desgaste das partes móveis e se há movimento livre; se necessário corrigir; | Trimestral |
| | Verificar a operação; se necessário corrigir; | Mensal |
| | Verificar os contatos elétricos; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar o lacre de calibração do limitador; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar as condições gerais do cabo; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar a altura da polia tensora; se necessário corrigir; | |
| | Verificar as fixações se necessário corrigir/substituir; | |
| Guias do carro e do contrapeso | Verificar a lubrificação (onde necessário); se necessário corrigir; | Mensal |
| | Verificar fixação; se necessário corrigir; | |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 27 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| | | |
|---|--|-----------|
| | Verificar a condição geral. se necessário corrigir; | |
| Correções do carro e do contrapeso | Verificar o desgaste; se necessário corrigir/substituir; | Mensal |
| | Verificar a fixação; se necessário corrigir; | |
| | Verificar a lubrificação (onde necessário). se necessário corrigir; | |
| Fiação Elétrica | Verificar as conexões; se necessário corrigir/substituir; | Mensal |
| | Verificar o aspecto geral; se necessário corrigir; | |
| | Verificar as identificações se necessário corrigir/substituir; | |
| Carro do Elevador | Verificar os botões de operação, interruptores e sinalizações; se necessário corrigir/substituir; | Mensal |
| | Verificar os avisos e instruções de operação; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar a fixação e o aspecto geral dos painéis, teto e acessórios; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar a iluminação da cabina; se necessário corrigir; | |
| | Verificar a botoeira de inspeção no topo da cabina; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar o dispositivo pesador de carga (onde necessário). se necessário corrigir/substituir; | |
| Freio de segurança e meios de proteção de sobrevelocidade de carro ascendente | Verificar o desgaste e se as partes móveis estão livres para movimento; se necessário corrigir/substituir; | Anual |
| | Verificar a lubrificação; se necessário corrigir; | Mensal |
| | Verificar a fixação; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar a operação; | |
| | Verificar os contatos elétricos. se necessário corrigir/substituir; | |
| Cabos de tração, corrente e/ou cabos de compensação | Verificar o aspecto geral; se necessário corrigir/substituir; | Mensal |
| | Verificar a fixação se necessário corrigir; | |
| Portas de pavimento | Verificar o travamento das portas de pavimento; se necessário corrigir; | Mensal |
| | Verificar se as portas correm livremente; se necessário corrigir; | |
| | Verificar as guias das portas; se necessário corrigir/substituir; | Bimestral |
| | Verificar as folgas das portas; | |
| | Verificar a integridade da suspensão; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar o fechamento autônomo; se necessário corrigir; | |
| | Verificar o dispositivo de destravamento de porta; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar os contatos elétricos; se necessário corrigir/substituir; | Mensal |
| | Verificar a lubrificação. se necessário corrigir; | |
| Portas da cabina | Verificar o travamento das portas da cabina; se necessário corrigir; | Mensal |
| | Verificar se as portas correm livremente; se necessário corrigir; | |
| | Verificar as guias das portas; se necessário corrigir/substituir; | Bimestral |
| | Verificar as folgas das portas; se necessário corrigir; | |
| | Verificar a integridade da suspensão; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar o funcionamento do operador de portas; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar os dispositivos de proteção durante a operação das portas; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar a lubrificação. se necessário corrigir; | Mensal |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 28 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| | | |
|--|---|------------|
| Nivelamento | Verificar a exatidão da parada; se necessário corrigir; | Mensal |
| Limitador de percurso final | Verificar a operação. se necessário corrigir/substituir; | Semestral |
| Limitador de tempo de funcionamento do motor | Verificar operação. se necessário corrigir/substituir; | Semestral |
| Dispositivos elétricos de segurança | Verificar a operação; se necessário corrigir/substituir; | Trimestral |
| | Verificar a linha de segurança; se necessário corrigir; | |
| | Verificar se os fusíveis e disjuntores são os especificados. se necessário corrigir/substituir; | |
| Dispositivos de alarme e emergência | Verificar a operação do intercomunicador; se necessário corrigir/substituir; | Semestral |
| | Verificar a operação do botão e a sinalização do alarme; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar a operação de iluminação de emergência na cabina; se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar a operação do botão de emergência no fundo do poço; se necessário corrigir/substituir; | Anual |
| | Verificar a operação do dispositivo de operação de emergência em caso de incêndio (onde necessário); se necessário corrigir/substituir; | |
| | Verificar a operação do sistema de resgate. se necessário corrigir/substituir; | |
| Botoeiras de pavimento e sinalização | Verificar a operação da botoeira; se necessário corrigir/substituir; | Mensal |
| | Verificar a operação da sinalização. se necessário corrigir/substituir; | |
| Iluminação da caixa | Verificar operação (onde existente). se necessário corrigir/substituir; | Mensal |
| Portas de inspeção e de emergência | Verificar o travamento; se necessário corrigir/substituir; | Mensal |
| | Verificar a operação do contato elétrico de segurança se necessário corrigir/substituir; | |

Nas verificações da tabela acima que forem realizadas e que for constatado defeitos, imperfeições, irregularidades, anomalias, falhas dentre outros problemas deverão ser consertados após constatação.

1.2.14 FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, MATERIAIS DE CONSUMO E FERRAMENTAS

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de sserviços comuns de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas de acessibilidade, incluindo troca de peças quando necessário, para atender a demanda do Departamento da Polícia Civil/DPC na região de Curitiba (Sede do DPC - Casa Rosada, Sede do Instituto de Identificação do Paraná - IIPR e Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP), Região Metropolitana (Almirante Tamandaré, Araucária, Fazenda Rio Grande, Pinhais, São José dos Pinhais), Litoral (Matinhos e Paranaguá), Interior região norte do Estado (Ivaiporã e Londrina) e Interior região oeste do Estado (Cascavel, Guaíra e Pato Branco), conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

1.2.14.1 Incluem-se entre materiais de consumo: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, solventes, querosene, fita isolante, colas e adesivos para eletrodutos, colas Super Bonder, Durepoxi, solda, tinta, conectores, abraçadeiras de nylon, parafusos, arruelas, pincéis e outros necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de boa qualidade e estar em boas condições de uso.

1.2.14.2 Relação Exemplificativa de peças, materiais, componentes e acessórios de elevadores suscetíveis de substituição, sem prejuízo da substituição de outras que se fizerem necessárias durante a execução do contrato.

Amortecedor de porta

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 29 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| |
|---------------------------------|
| Anéis de regulação |
| Aparelho de segurança de cabine |
| Armadura |
| Aro de tração |
| Articulações |
| Bobinas |
| Botões e componentes |
| Braçadeira |
| Buchas |
| Cabo de comando |
| Cabo de manobra |
| Cabo regulador |
| Cabos de aço |
| Cabo de tração |
| Calços de isolamento |
| Capacitores |
| Chaves e contactoras |
| Chaves eletromecânicas |
| Coletor |
| Componentes microprocessados |
| Condensadores |
| Conectores |
| Contato do regulador |
| Contrapeso |
| Coroa sem fim |
| Corrediça de cabine |
| Corrediça de contrapeso |
| Corrediça de porta |
| Corrediças de guias |
| Correias |
| Corrente de compensação |
| Coxins nylon |
| Encoder |
| Escovas |
| Estator |
| Fechos eletromecânicos |
| Gaxetas de vedação |
| Guia de porta de cabine |
| Indicadores |
| Inversores de frequência |
| Juntas de vedação |
| Lâmpada fluor 20 w |
| Limites |
| Lonas |
| Micro contatos |
| Micro interruptor |
| Molas |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 30 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| |
|---|
| Motor elétrico |
| Núcleo |
| Operador de porta |
| Pinos |
| Pistão |
| Placa eletrônica/microprocessada |
| Placas de circuito impresso temporizado |
| Polias |
| Porta escova |
| Quadro de comando |
| Rampa |
| Relés de sobrecarga |
| Relés temporizados |
| Reservatório de óleo |
| Resistências |
| Retentores |
| Rolamentos diversos |
| Roldanas de portas |
| Roldanas rollerguides |
| Rotores |
| Sapatas |
| Sensor de chave de parada e de fim de curso |
| Sensores eletrônicos |
| Sistema de proteção de porta |
| Soleira de porta |
| Suspensão |
| Tensor |
| Transformadores |
| Trincos |

1.2.14.3 Todas as peças e materiais a serem empregados na execução dos serviços devem ser novos e originais, comprovadamente de primeira qualidade, devem estar de acordo com as especificações técnicas dos equipamentos.

1.2.14.4 Apresentar, sempre que for solicitado, documento ou nota fiscal que comprove a procedência das peças que necessitarem ser substituídas;

1.2.14.5 Substituição das peças apenas com aprovação do fiscal do contrato.

1.2.14.6 Apresentar as embalagens das peças que foram colocadas e apresentar as peças que foram substituídas, que deverão ser descartadas corretamente pela empresa pela logística reversa.

1.2.14.7 Considerando a impossibilidade de realizar a previsão de todas as peças e/ou acessórios que venham a apresentar defeitos, fica o valor anual provisionado para ressarcimento conforme descrito no item 1.1 deste termo de referência. O fornecimento/troca/reposição de peças deverá ocorrer por demanda, mediante a apresentação de relatório técnico e/ou ordem de serviço, emitida pela CONTRATADA, comprovando tecnicamente a necessidade de fornecimento/troca/reposição da peça, e a execução do serviço somente poderá ser realizada após autorização expressa do FISCAL do contrato.

1.2.14.8 Os valores das peças serão aqueles praticados na Tabela Oficial de Insumos do SINAPI1.

Ausente a previsão da peça na Tabela Oficial de Insumos do SINAPI, observar-se-á o seguinte procedimento:

A CONTRATADA apresentará 03 (três) orçamentos detalhados da(s) peça(s) a ser(em) trocada(s), contendo o prazo para execução do serviço, contado da data da abertura de chamado ou entrada do equipamento em sua assistência técnica, quando for o caso. Caso haja apenas fornecedor único (tabela de fabricante do

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 31 de 75

componente), deverá ser informado por escrito junto com o orçamento, acompanhado da respectiva documentação comprobatória;

A CONTRATANTE, por meio do FISCAL do contrato, comunicará À CONTRATADA o valor a ser pago pelas peças com base nos 3 (três) orçamentos realizados e autorizará a troca das peças pelo menor valor;

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor informado mediante apresentação da nota fiscal de compra da peça; Existindo pelo menos uma empresa no mercado local cujo preço das peças seja menor, a CONTRATADA deverá adquirir as peças junto àquela empresa que apresentar o menor preço;

A CONTRATADA, ao aceitar o valor, deverá realizar a troca/substituição da peça, sem ônus para a CONTRATANTE, pois os valores inerentes à execução do serviço já estão incluídos no valor total do contrato de manutenção.

1.2.14.9 No caso de substituição, as peças deverão ser novas, genuínas, possuir a devida compatibilidade com o equipamento em questão e apresentadas ao FISCAL do contrato antes da sua execução para que verifique a originalidade e compatibilidade (de acordo com os respectivos manuais dos equipamentos), não se admitindo peças usadas ou reconcondicionadas, devendo o FISCAL do contrato atestar a troca para a devida prestação de contas.

1.2.14.10 As peças que forem substituídas pela CONTRATADA deverão ser entregues à CONTRATANTE. Caso não haja interesse da CONTRATANTE, as peças deverão ser recolhidas pela CONTRATADA para que seja dada a destinação final ambientalmente adequada, observando-se as boas práticas de sustentabilidade e logística reversa.

1.2.14.11 Fica limitado o valor anual para ressarcimento das peças adquiridas nos moldes acima, bem como pela na Tabela SINAPI, àquele utilizado para dispensa de licitação previsto no art. 75, inciso II da Lei 14.133/2024.

A adoção do valor utilizado para dispensa de licitação como parâmetro, se deve à impossibilidade de realizar a previsão de todas as peças que venham a apresentar defeitos ou seja necessária a realização de sua troca. Isto porque cada elevador e plataforma elevatória possuem particularidades próprias, cujos desgaste natural das peças se dará de forma diferente em cada uma das unidades, seja pela região geográfica (litoral ou regiões mais frias e úmidas), seja pela intensidade de uso, em razão da origem/fabricante etc.

Além disso, se mostra um valor razoável, considerando a sua divisão pelos 12 (doze) meses de vigência do contrato, e o respeito às normas gerais de licitação e contratação.

Salientamos que esse valor não integrará o objeto da disputa e sofrerá as mesmas atualizações concedidas pelo Poder Executivo Federal.

Importante frisar que, no caso de peças com valor superior ao limite de dispensa de licitação, ou em qualquer caso que seja vantajoso para a CONTRATANTE, será realizado procedimento próprio de aquisição nos termos da legislação vigente.

1.2.14.12 A CONTRATADA deverá fornecer, **sem ônus** para o CONTRATANTE materiais de consumo e ferramentas que se fizerem necessárias para que os equipamentos estejam em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, de forma a evitar seu sucateamento, durante toda a vigência do contrato, vedado o seu recondicionamento.

1.2.14.13 Relação de peças, materiais, componentes e acessórios de elevadores e plataformas elevatórias de acessibilidade suscetíveis de substituição, são as que se fizer necessárias para o perfeito funcionamento dos elevadores e plataformas de acessibilidade elencados no item 1.1 durante a execução do contrato.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Não há como ter uma padronização absoluta dos serviços de manutenção de elevadores, tendo em vista que as marcas dos equipamentos são distintas e com funcionamento diverso. Porém, haverá uma padronização no cronograma de execução dos serviços de acordo com o manual de cada equipamento e com a lista de atividades sugeridas na Norma ABNT 16083:2021 apresentada no item 1.2.13.

1.3.2 A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas, especialmente as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): NBR 207 – Elevadores Elétricos de Passageiros – Requisitos de Segurança para construção e instalação; NBR 15597 – Requisitos para melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas; NBR 16083 – Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes – Requisitos para instruções de manutenção; NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR 10 – Instalações e Serviços em Eletricidade; NBR 313 – Uso de Elevadores de Passageiros; NBR 5462 – Tipos de Manutenções;

1.3.3 No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Catálogo Eletrônico de padronização ainda não foi inserido em conformidade com art. 174, §2º, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como não foi criado o Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras e Serviços, de modo a atender o art. 20, II do Decreto Estadual nº 10.086/2022 para a presente prestação de serviço.

1.4 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 32 de 75

1.4.1 Equipe técnica: os serviços deverão ser executados por técnicos com treinamento em manutenção de elevadores, uniformizados, identificados através de crachás e providos de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sob a supervisão do responsável técnico.

1.4.2 Normas técnicas e de segurança do trabalho: a execução dos serviços deverá observar as normas técnicas, especialmente as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas, especialmente as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): NBR 207 – Elevadores Elétricos de Passageiros – Requisitos de Segurança para construção e instalação; NBR 15597 – Requisitos para melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas; NBR 16083 – Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes – Requisitos para instruções de manutenção; NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR 10 – Instalações e Serviços em Eletricidade; NBR 313 – Uso de Elevadores de Passageiros; NBR 5462 – Tipos de Manutenções;

1.4.3 A manutenção preventiva: A contratada deverá executar, com rigor, mensalmente as rotinas de manutenção preventiva previstas no PLANO DE MANUTENÇÃO PERIÓDICA PREVENTIVA, efetuando os reparos cuja necessidade for constatada, inclusive com a substituição de peças, se necessário.

1.4.4 Relatório de inspeção anual: RIA: Relatório de inspeção anual feita pela supervisão da empresa constatando se as manutenções preventivas mensais foram feitas adequadamente. A primeira inspeção anual desse nível será realizada no primeiro mês da vigência da contratação do serviço de manutenção.

1.4.5 A manutenção corretiva: A contratada deverá concluir a regularização do funcionamento do equipamento que apresentar defeito no prazo máximo de 24 horas, contados do chamado da contratante, procedendo a manutenção corretiva substituindo ou reparando, segundo critérios técnicos, as peças ou componentes defeituosos. Caso a peça ou componente necessário para o reparo não esteja disponível para pronta entrega nos locais de prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar declaração do revendedor autorizado do fabricante justificando o atraso e informando a previsão de entrega da peça.

1.4.6 A contratada deverá manter plantão de atendimento ininterrupto, 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, para chamados de emergência e afixar, nos elevadores, o número telefônico para o contato.

1.4.7 Os chamados de emergência deverão ser atendidos em no máximo 30 minutos contados do recebimento da chamada, podendo ocorrer todos os dias da semana, 24 horas por dia. São considerados chamados de emergência os que decorrerem de acidentes ou em caso de passageiros presos na cabine.

1.4.8 Todo e qualquer serviço, de manutenção preventiva ou corretiva, deverá incluir, quando necessário:

- A substituição de peças e/ou componentes defeituosos por outros novos e originais do fabricante.
 - Os lubrificantes e outros materiais de consumo.
 - Todas as visitas serão supervisionadas por servidor do Departamento da Polícia Civil (DPC), a quem será relatado pelo técnico, em formulário próprio, os serviços executados e entregues:
 - As peças substituídas.
 - As embalagens das peças substituídas.
 - Todos os serviços executados e peças substituídas deverão ter garantia de no mínimo 06 (seis) meses, devendo ser observado no caso das peças substituídas o prazo oferecido pelo fabricante quando este for superior.
 - Todos os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações técnicas do manual do proprietário do fabricante.
 - Todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer irregularidades deverão ser refeitos sem qualquer ônus para a contratante.
 - A substituição de peças: O preço dos serviços contratados inclui os lubrificantes e materiais de consumo necessários e, também, a substituição de peças ou componentes, sempre que necessário, por peças novas e originais do fabricante do equipamento, vedado o seu recondicionamento.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Trata-se de serviço de natureza contínua e imprescindível para a segurança do transporte realizado pelos elevadores e plataformas de acessibilidade a fim de zelar pelas condições das instalações, servidores, visitantes e equipamentos com alto fluxo de utilização, possibilitando ainda assim que as prorrogações sejam precedidas de avaliação técnica e econômica. A contratação tem natureza de prestação de serviço continuada, sem a dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada neste órgão. Os principais benefícios do serviço contratado são:

2.1.1 Segurança – principal ponto a ser levado em consideração, uma vez que os equipamentos são ligados diretamente com a saúde e a vida das pessoas;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|--|---|---------------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 33 de 75 |
|--|---|---------------------------------|

2.1.2 Qualidade – uma manutenção confiável implica diretamente na tranquilidade dos usuários dos equipamentos;

2.1.3 Custo – a manutenção preventiva impede o mau funcionamento e/ou quebra do equipamento, o que impede gastos maiores, prolongando sua vida útil.

2.1.4 Justifica-se que a contratação de serviços de manutenção corretiva/preventiva de elevadores e plataformas de acessibilidade, com troca de peças, quando necessário a fim de promover e atender condições de alcance para utilização, locomoção com segurança e autonomia, dos espaços, nas edificações, por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida que são atendidas pelo Departamento da Polícia Civil/DPC na região de Curitiba (Sede do DPC - Casa Rosada, Sede do Instituto de Identificação do Paraná - IIPR e Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP), Região Metropolitana (Almirante Tamandaré, Araucária, Fazenda Rio Grande, Pinhais, São José dos Pinhais), Litoral (Matinhos e Paranaguá), Interior região norte do Estado (Ivaiporã e Londrina) e Interior região oeste do Estado (Cascavel, Guaíra e Pato Branco). O motivo para o contrato ser firmado em 12 (doze) meses é que a manutenção do elevador necessita ser uma atividade constante para garantir a segurança dos usuários.

2.2 A contratação é necessária pelos motivos elencados abaixo:

2.2.1 Garantir o contínuo funcionamento do elevador e a segurança das pessoas que utilizam tal equipamento;

2.2.2 Assegurar a segurança do equipamento em conformidade com as recomendações e condições estabelecidas pelo fabricante, bem como pelas legislações específicas (NR, ABNT, CREA/CONFEA, CLDF, etc.) que regem o assunto, devendo ser garantida através das manutenções;

2.2.3 Inexistência no quadro de pessoal do Departamento da Polícia Civil, de profissionais com habilitação legal para a realização de tais serviços, por se tratar de serviços de natureza especializada, que de acordo com a norma ABNT NBR 16.083, somente pessoa com qualificação técnica, em conformidade com as instruções de manutenção, pode garantir o funcionamento pretendido com segurança de suas instalações;

2.2.4 Garantir o contínuo funcionamento do elevador e a segurança das pessoas que o utilizam;

2.2.5 A execução dos serviços de manutenção do elevador é imprescindível para preservação e conservação das características de funcionamento e segurança que atende a Polícia Civil do Paraná.

2.2.6 Promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na edificação, situação conveniente ao interesse público, principalmente porque os serviços se caracterizam como continuados e necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção poderá comprometer a continuidade de suas atividades;

2.2.7 Necessidade de pessoal especializado para realizar o resgate de pessoas presas em caso de falhas no funcionamento do elevador, sendo imprescindível manter a cabina e dispositivos mecânicos e elétricos em bom estado de conservação;

2.2.8 A manutenção adequada reverte-se em economicidade e eficiência operacional, garantindo não só o perfeito funcionamento das instalações, como também durabilidade do equipamento e suas partes integrantes, além da conservação do patrimônio;

2.2.9 Atualmente, o Departamento da Polícia Civil (DPC) possui vigentes os contratos nº 036/2021 (GMS 0325/2021), 037/2021 (GMS 0328/2021) e 0447/2019 (GMS 1469/2019), oriundos do Pregão Eletrônico nº 902/2020 e nº933/2018, cujo objeto é a prestação de serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas de acessibilidade, para atender respectivamente as unidades da Capital (Casa Rosada), Região Metropolitana de Curitiba e Litoral (Fazenda Rio Grande, Matinhos, Paranaguá e Pinhais) e a sede do Instituto de Identificação do Paraná. Tendo em vista a profunda reestruturação na infraestrutura do Departamento da Polícia Civil realizada pelo Governo do Estado do Paraná, através da melhorias nos prédios públicos e construção de unidades policiais formatadas no projeto de Delegacias Cidadãs, que apresentam uma estrutura de atendimento com espaços mais humanizados para o público em geral e para as vítimas de crimes, para manter o padrão de atendimento humanizado e toda infraestrutura à disposição da população, a sede do DPC (Casa Rosada), a sede do Instituto de Identificação do Paraná e as Delegacias Cidadãs, contam com a existência de elevadores e plataformas de acessibilidade que visam assegurar o acesso de pessoas com dificuldades motoras, permitindo assim que todas as pessoas indistintamente se beneficiem dos serviços prestados pela Polícia Civil do Paraná, evitando assim que sejam prejudicados pela ausência de acessibilidade na estrutura. Assim sendo, em razão das inaugurações de outras unidades policiais construídas nos moldes de Delegacias Cidadãs em todo o Estado do Paraná, diante da necessidade de manutenção dos equipamentos instalados que acabam se desgastando e/ou danificando, em razão do seu uso contínuo, aliado ao advento da entrada em vigor da Lei 20.826/2021 (Lei do Fundo Rotativo), a partir de 31 de dezembro de 2023, estabelecendo que todas as despesas inerentes à manutenção e reparos nas unidades policiais deverão ser precedidas de

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 34 de 75

procedimentos licitatórios ou de contratação direta, e ante a ausência de Pregão Eletrônico e/ou Atas de Registro de Preço vigentes que beneficiem a região com tais demandas, se faz necessária a presente licitação.

2.2.10 Os elevadores necessitam de constantes manutenções para fornecer aos policiais civis e a comunidade externa, um sistema de transporte vertical de pessoas e carga com segurança e eficiência, obedecendo às normas vigentes e colaborando para o desenvolvimento das atividades de polícia judiciária, além do atendimento a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como "Lei de Acessibilidade".

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Estudo Técnico Preliminar, abrange a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas de acessibilidade, incluindo troca de peças quando necessário, para atender a demanda do Departamento da Polícia Civil/DPC na região de Curitiba (Sede do DPC - Casa Rosada, Sede do Instituto de Identificação do Paraná - IIPR e Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP), Região Metropolitana (Almirante Tamandaré, Araucária, Fazenda Rio Grande, Pinhais, São José dos Pinhais), Litoral (Matinhos e Paranaguá), Interior região norte do Estado (Ivaiporã e Londrina) e Interior região oeste do Estado (Cascavel, Guaíra e Pato Branco).

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 A formação do Mapa de Formação de Preços foi realizada seguindo uma ampla pesquisa de mercado, conforme previsão constante no artigo 368 do Decreto Estadual no 10.086/2022, através de consulta a diversas empresas com expertise no ramo, através de busca no Google, cadastro de empresas do GMS – Gestão de Materiais e Serviços e Portal da Transparência, Painel de Preços, além de consultas a das empresas especializadas em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas de acessibilidade em geral, visando a ampliação da pesquisa.

4.2 Preços existentes nos bancos de preços do Sistema GMS: Atendendo o disposto do inciso I, do art. 368, foram realizadas consultas aos bancos de preços do Sistema GMS, não sendo localizadas atas vigentes para o objeto. Também foi disparado consulta de pesquisa de preço para as empresas que possuem o cadastro de licitantes do Estado do Paraná – GMS, Pesquisa de Preço 4171/2024, sendo enviada para 03 (três) fornecedores, contudo não houve nenhuma resposta. Não há no GMS outros fornecedores cadastrados no Grupo e Classe que se encontra o serviço a ser contratado.

4.3 Preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas: Quanto ao inciso II, preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, foi logrado êxito na localização no Estado do Paraná e em outros estados.

4.4 Portal Nacional de Contratações Públicas do Governo Federal: Foram localizadas diversas licitações, a nível nacional, que denotam os valores praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa.

4.5 Os preços constantes de banco de preços e homepages: Sobre a utilização dos parâmetros previsto no inciso III, não foi encontrado tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo estadual, federal ou oficial, aplicáveis à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas de acessibilidade, incluindo troca de peças quando necessário.

4.6 Aplicativo Menor Preço ou a base nacional de notas fiscais eletrônicas: No acesso ao aplicativo: Compras Paraná (<https://compras.menorpreco.pr.gov.br/>), não foram encontrados objetos similares para comparação.

4.7 Pesquisa com no mínimo 03 (três) fornecedores físicos ou prestador de serviços, conforme o caso: Foi realizado solicitação de orçamentos através de pesquisa direta junto a fornecedores do ramo, através de e-mail, sendo enviados diversos e-mail's para empresas do ramo sendo que 07 (sete) apresentaram orçamentos e outras 05 (cinco) retornaram com resposta negativa em participar das cotações.

4.8 A pesquisa em sites comerciais da internet ficou prejudicada para o objeto em questão por apresentar especificidade de Modelo, Marca, Capacidade, entre outros itens que inviabilizam a simples consulta em sites de buscas.

4.9 De acordo com o art. 368 e seguintes do Decreto n.º 10.086, de 2022, de modo a assegurar a observância dos princípios da **economicidade**, da **eficiência**, da **razoabilidade** e da **seleção da proposta mais vantajosa** para a Administração, para análise crítica dos preços foi utilizada a mediana dos preços válidos obtidos na pesquisa de mercado, nos termos do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, após a exclusão de valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados. A escolha da mediana revela-se tecnicamente mais adequada ao caso concreto, considerando a dispersão observada

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 35 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

entre as cotações coletadas, uma vez que essa medida de tendência central é menos sensível à influência de valores extremos (outliers), proporcionando maior fidelidade ao preço efetivamente praticado no mercado. Tal metodologia encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que admite a utilização da mediana ou da média como critérios válidos para a definição do preço estimado, especialmente em contextos de mercado competitivo (Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 1.639/2016 – Plenário). Ademais, a utilização da mediana contribui para a **mitigação dos riscos de sobrepreço e de inexequibilidade**, ambos potencialmente prejudiciais ao interesse público. Valores superestimados podem conduzir ao dispêndio indevido de recursos, enquanto valores subestimados podem comprometer a adequada execução contratual, especialmente em serviços sensíveis à segurança, como a manutenção de elevadores (TCU, Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário). **Nesse sentido, a doutrina especializada de Marçal Justen Filho destaca que a adoção de critérios estatísticos mais conservadores, como a mediana, constitui prática recomendável em mercados assimétricos ou com elevada dispersão de preços, justamente para garantir maior aderência do valor estimado à realidade econômica do objeto. Dessa forma, a adoção da mediana para a formação do mapa de preços da presente contratação encontra amparo técnico, jurídico e jurisprudencial, configurando medida legítima, razoável e alinhada às boas práticas de governança em contratações, contribuindo para a adequada instrução do processo e para a obtenção de resultados eficientes e vantajosos para a Administração.**

4.10 Após compilação dos valores coletados foi realizada a análise crítica onde se verificou que os mesmos são válidos, levando em conta que os termos mostrados neste mapa de preços, são de empresas do ramo, assim os valores apresentados são condizentes devido à especificidade do objeto.

4.11 Ainda estatisticamente, o menor valor não representa a tendência dos preços de mercado, representa, apenas, o valor mais barato dentre os preços coletados pelo orçamentista. Por não ser uma medida da tendência dos preços de mercado, não há suporte técnico para adotá-lo como regra. Isto posto, o Tribunal de Contas da União entende que o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana, uma vez que constituem medidas de tendência central e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado, conforme entendimento exarado no Acórdão 3068/2010 – Plenário. Assim, o preço da Mediana será o considerado para determinar o valor dos objetos aqui orçados.

4.12 Em razão dos valores obtidos possuírem ampla variação, a utilização da mediana torna-se a mais indicada em detrimento do preço mínimo visando uma disposição de preços de forma harmônica. Para atingir esse objetivo se faz necessária a adoção do método de avaliação que exclui os preços inexequíveis e os excessivamente elevados. A **mediana**, representa o valor central do conjunto de preços coletados, eliminando a influência direta de extremos e **garantindo maior robustez estatística** à estimativa. Tal característica torna esse critério mais fiel à realidade do mercado, proporcionando um parâmetro de referência mais equilibrado, confiável e representativo para a Administração, reduzindo **o risco de sobrepreço**, ao mitigar a influência de propostas excessivamente altas, contribuindo com a **prevenção de preços inexequíveis**, que podem comprometer a qualidade da prestação dos serviços e a segurança dos usuários dos elevadores, garantindo **maior isonomia e competitividade**, ao estabelecer um valor de referência compatível com a prática predominante do mercado. Dessa forma, a adoção da mediana para a formação do mapa de preços na contratação de serviços de manutenção de elevadores se justifica como medida técnica, prudente e eficiente, promovendo maior aderência aos princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, sem prejuízo da qualidade e da segurança na execução dos serviços.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O Objeto foi dividido em 08 (oito) lotes de acordo com a localidade da prestação dos serviços atendendo ao princípio da ampliação da competitividade.

5.2 Os Lotes agrupam elevadores e as plataformas existentes nas edificações do Departamento da Polícia Civil espalhadas em todo Estado, devendo os serviços em cada lote serem prestados por uma única empresa pois sua divisibilidade implicaria prejuízo ao conjunto, destacando no que concerne à responsabilidade técnica, à solução integral esperada e à gestão das avenças além da possível perda de economia de escala.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 Atendendo o disposto no art. 363 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, a contratada deverá adotar os seguintes procedimentos na execução dos serviços:

6.2 Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 36 de 75

- 6.3** Que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 6.4** Que respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;
- 6.5** Que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas em seus equipamentos ou inservíveis, segundo disposto na Lei Estadual nº 16.075/2009;
- 6.6** Que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 6.7** Que observe a Resolução CONAMA no 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 6.8** Que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto Estadual nº 4.167/2009;
- 6.9** O disposto neste artigo não impede que o órgão ou entidade CONTRATANTE estabeleça, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente;
- 6.10** A contratada deverá apresentar declaração de atendimento à política ambiental de licitação sustentável, nos termos do Art. 4º da Lei Estadual 20.132/2020, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.
- 6.11** Nos termos do Art. 5º da Lei Estadual 20.132/2020, compreende-se como Logística Reversa os procedimentos que visam a coleta e restituição de resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento em ciclos produtivos ou destinação final ambientalmente adequada. Outrossim, é responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a destinação final ambientalmente adequada dos produtos, embalagens e serviços, bem como implementação e operacionalização do Sistema de Logística reversa, independente de acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o Poder Público e o setor empresarial.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 7.1** O licitante deverá observar as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 (modificada pela Lei Complementar nº 147/2014) a qual versa sobre as condições para as ME (Microempresas) e as EPP (Empresas de Pequeno Porte). Será concedido tratamento diferenciado, favorecido e simplificado, para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, na forma do estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 163/2013, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional; a ampliação da eficiência das políticas públicas; e o incentivo à inovação tecnológica.
- 7.2** Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, microempreendedor individual, na forma do estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar Estadual nº 163/2013.
- 7.3** Os lotes 1 e 2 serão destinados a ampla concorrência. Tendo em vista o previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, os lotes 3, 4, 5, 6, 7 e 8 são destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte e a disputa se dará de modo aberto, visando, sobretudo, dar maior transparência e publicidade aos atos¹.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS

- 8.1** Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 8.2** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.

¹ Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 37 de 75

8.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

9 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

9.1.1 serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

9.1.2 A CONTRATADA deverá emitir **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** pela manutenção do equipamento, **por meio de profissional devidamente habilitado perante o conselho profissional competente**. O objeto que se pretende contratar está incluso no rol de Atividades Econômicas do CREA/PR que exigem registro:

CNAE 4329-1/03: "Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, exceto de fabricação própria."

9.1.3 Para comprovação da qualificação técnica:

9.1.3.1 Comprovação de Capacidade Técnica Profissional – Experiência Profissional:

a) Apresentar, para comprovação da qualificação técnica experiência profissional:

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, conforme Lei Federal nº 5.194/1966, a ser designado como responsável técnico pelas competências definidas pelo seu conselho de classe para a execução do objeto deste edital, pertencente ao quadro de responsáveis técnicos da empresa.

O profissional Engenheiro deve ser registrado no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, conforme Lei Federal 5.194/1966, e o profissional Técnico de Ensino Médio deve ser registrado no CRT – Conselho Regional dos Técnicos Industriais, conforme Lei Federal 13.639/2018.

– Relativo a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, caso adote-se a configuração de engenheiro e técnico, o engenheiro deverá emitir uma ART registrada no CREA e o técnico poderá emitir um Termo de Responsabilidade Técnico – TRT registrado em seu respectivo conselho, caso a empresa entenda como adequado a divisão de responsabilidades conforme "competências curriculares" do técnico e do engenheiro.

– O motivo da permissão da participação dos trabalhos por profissionais técnicos de ensino médio está amparado pela Lei Federal 13.639/2018 – Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

a.1) O vínculo do profissional com a adjudicatária deverá estar vigente e será admitido através de qualquer forma lícita que demonstre a disponibilidade do profissional para a execução dos serviços em nome da licitante, como por exemplo: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o n.º de registro, qualificação civil e contrato de trabalho e última alteração de salário ou ficha de registro de empregados (FRE), em frente e verso, conforme instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho; Vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou da sede do licitante; Profissional autônomo: contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, entre outras formas em direito admitidas.

a.2) Todos os profissionais nomeados, desde que habilitados, poderão ser designados/nomeados para mais de uma

responsabilidade/atividade.

a.3) Comprovação de que **pelo menos um dos profissionais vinculados à adjudicatária**, conforme formas de vínculo previstas no subitem a.1, **possui em seu nome** os seguintes documentos comprobatórios de **habilitação técnica e experiência profissional compatível com o objeto licitado**, a saber:

a.3.1) 01 (um) ou mais Certidão(s) de Acervo Técnico (CAT) demonstrando experiência no acompanhamento de serviço de características semelhantes às do objeto, regularmente emitido pelo conselho profissional competente, sendo admitido como no mínimo: Execução de serviço de manutenção preventiva e/ou corretiva para os equipamentos do objeto deste estudo.

a.3.2) Todos os profissionais nomeados, desde que habilitados, deverão apresentar registro ativo e regular junto aos seus respectivos conselhos profissionais.

a.4) O(s) profissional(is) indicado(s) pela adjudicatária para fins de comprovação da Capacidade Técnica Profissional,

deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência

equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 38 de 75

b) Formalizado o contrato decorrente deste certame, o vínculo contratual ou empregatício dos profissionais nomeados

deverá ser demonstrado até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do mencionado termo, conforme item a.1.

c) No caso de outra titulação que não aquelas elencadas no item acima, deverá haver indicação expressa pelo licitante da resolução/norma CONFEA que estabeleça a competência do profissional indicado, à luz das obrigações contratuais.

9.1.4 Os serviços ora contratados são classificados como serviços de natureza continuada. Assim, a vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente respeitada a vigência decenal, conforme permitido no artigo 107, caput da Lei 14.133/2021 e art. 404 do Decreto 10.086/2022.

9.1.5 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Dada a natureza da contratação, é recomendável que seja realizada pelos licitantes a vistoria técnica prévia dos elevadores e plataformas elevatórias de acessibilidade, objetos do serviço. Essa vistoria é importante porque mesmo sendo possível conhecer à distância as especificações do equipamento, as condições efetivas do seu estado de conservação e operação poderão ser mais bem aferidas in loco, o que permitirá ao fornecedor propor valores adequados às condições em que os serviços serão efetivamente prestados. Em caso de não realização de vistoria, a empresa deverá apresentar declaração de conhecimento.

Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento das condições locais pertinentes à execução do objeto não

serão argumentos válidos para reclamações futuras ou revisões de preços, nem desobrigam a execução do serviço.

9.1.6 Comprovação de Capacidade Técnica Operacional – Capacidade da Empresa licitante:

A documentação relativa à Capacidade Técnica Operacional consistirá em:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e

Agronomia – CREA ou Conselho dos Técnicos Industriais, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

a.1) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado do Paraná, deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando o licitante vencedor obrigada a apresentar o visto do CREA do Paraná antes da assinatura do contrato.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações da Contratada:

10.1.1 A contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais vigentes no local da prestação dos serviços, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto.

10.1.2 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.3 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.4 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.5 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.7 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.8 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.9 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 39 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

10.1.10 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.11 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.12 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.13 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.14 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.15 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

10.1.16 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.17 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.18 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.18.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.18.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.18.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.18.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.18.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.18.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.1.19 a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 40 de 75

efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11 GARANTIA DA EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelo motivo de haver restrição na competitividade, assim como tornar a licitação desvantajosa em termos econômicos. Considerando que o serviço a ser licitado é relativamente de baixo custo, não se vê necessária a cobrança da garantia.

12 FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as

glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive

do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência;

12.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais;

12.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal;

12.3 O prazo estabelecido no item 12.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão;

12.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso essa não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada;

12.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

12.5 O pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

12.6 Os pagamentos devidos à CONTRATADA restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados limitados ao valor máximo de cada lote.

13 DO REAJUSTAMENTO

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado;

13.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 41 de 75

13.2.1 O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo;

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

13.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

13.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento;

13.8.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura;

13.8.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio;

13.9 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

14 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

14.1 Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

14.2 A licitante deverá comprovar sua aptidão técnica por meio da apresentação de um ou mais **atestados de capacidade técnica**, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem a execução de serviços **de natureza e porte semelhantes ao objeto licitado**, contendo a descrição dos **tipos de serviços realizados, respectivas quantidades, prazos contratuais, datas de início e término e local da execução**. Os atestados deverão comprovar que a empresa executou serviços **pertinentes e compatíveis em características e quantidades**, correspondentes a, no mínimo, **30% (trinta por cento) do objeto ou lote licitado**, conforme disposto no **art. 67, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Os atestados deverão conter a identificação da pessoa jurídica emitente e do signatário. Caso não conste telefone ou outro meio de contato no documento, a licitante deverá apresentar documento complementar que possibilite a verificação da autenticidade **do(s) atestado(s)** junto à entidade emitente."

A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 67, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021. No caso em tela todos os lotes ultrapassam 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação e possuem relevância no processo, não existe um que seja mais relevante que o outro, pois os lotes possuem suas regionalidades, sendo que os serviços serão prestados em locais diferentes e por empresas diferentes, por isso há a necessidade de que seja comprovado que no local a empresa tenha capacidade técnica de realizar o serviço independentemente do valor. Portanto todos os lotes possuem uma elevada relevância, sendo que no caso de não exigência do atestado de capacidade técnica poderá haver comprometimento da execução do contrato.

15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

15.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

15.1.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

15.1.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

15.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato

16 CONTROLE DA EXECUÇÃO

16.1 O serviço terá início após a assinatura do contrato e será executado conforme demanda autorizada pelo gestor ou fiscal do contrato. Os serviços urgentes e inadiáveis dispensarão agendamento prévio.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 42 de 75

16.1.2 A execução dos serviços nas unidades policiais previstas para serem inauguradas no ano exercício em 2026 (DP Ivaiporã), terão início após a entrega da obra de acordo com o cronograma de obras previamente estabelecido. Os serviços urgentes e inadiáveis dispensarão agendamento prévio.

16.2 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 5 (cinco) dias.

16.2.1 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

16.3 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se compunham de

aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

16.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16.4.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

17.1.1 Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

17.1.2 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.1.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

17.2.1 Pontualidade das manutenções programadas, uso de EPI's, resposta de manutenção corretiva dentro dos prazos, emissão de relatórios de manutenções e limpeza geral e destinação de resíduos e insumos corretos.

17.3 Mensalmente, no primeiro dia útil subsequente ao mês da prestação do serviço, a CONTRATADA comunicará por e-mail, ao gestor do contrato ou ao servidor especialmente designado para atestar a execução mensal dos serviços, que deverão ser enviados juntamente com as cópias dos relatórios mensais e as Notas Fiscais correspondentes, sob pena de indeferimento no pagamento.

17.5 O gestor do contrato ou o servidor especialmente designado para atestar a execução mensal dos serviços deverá confrontar a nota fiscal e o relatório enviado pela CONTRATADA com os dados informados pelas unidades policiais.

17.5.1 Em caso de divergências, caberá à CONTRATADA providenciar a sua correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

18 SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será admitida a Subcontratação do Objeto Licitado, uma vez que em pesquisa ao mercado, foi constatado que o fornecimento do objeto pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública. Assim sendo, considerando as características da contratação que trata de serviços comuns, cujo o vulto é pouco expressivo e os materiais são comumente comercializados no mercado, sem características peculiares de complexidade de execução contratual, e tais motivos infere-se um dimensionamento e características do objeto compatíveis para os licitantes (isolados) possam participar e atender às exigências estabelecidas para a prestação do serviço,

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 43 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

enfim, compreende-se que empresas do ramo especializado isoladamente poderão deter as condições necessárias, inclusive de capacitação e aptidão técnica para executar satisfatoriamente executar o objeto, portanto, conclui-se que o objeto deste processo não tem complexidade ou características financeiras ou de execução que justificasse admitir a subcontratação e por estes motivos, fica vedada a subcontratação do objeto.

19 VISTORIA

19.1 Os licitantes poderão vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento junto aos responsáveis de cada unidade através dos telefones:

| UNIDADE POLICIAL | SERVIDOR RESPONSÁVEL DA UNIDADE | CARGO | TELEFONE | E-MAIL |
|--|---------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------|
| Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa | Melina Scheneider Bastos | Agente de Polícia Judiciária | (41) 99206-1601 (41) 3261-6000 | inv.melinabastos@pc.pr.gov.br |
| Sede DPC - Casa Rosada | Ademar Schons | Agente de Polícia Judiciária | (41) 3320-2724 | schoneguer@pc.pr.gov.br |
| Instituto de Identificação | Ronaldo Letuan | Papiloscopista | (41) 3320-2724 | pp_ronaldoletuan@i.pr.gov.br |
| 15ª SDP Cascavel | Everton Klauss | Agente de Polícia Judiciária | (45) 3301-5700 (45) 99935-9490 | inv.eklauss@pc.pr.gov.br |
| 54ª DRP Ivaiporã | Aparecido Pinto da Silva | Agente de Polícia Judiciária | (43) 3472-1181 | aparecidopinto@pc.pr.gov.br |
| 13ª DRP Guaíra | Jaime Singo | Agente de Polícia Judiciária | (44) 3642-8900 | jsingo@pc.pr.gov.br |
| 10ª SDP Londrina | Luciano Romero Melquiades | Agente de Polícia Judiciária | (43) 3878-3000 (43) 98824-9406 | lrmelquiades@pc.pr.gov.br |
| 5ª SDP Pato Branco | Rafael Augusto Rodrigues | Agente de Polícia Judiciária | (41) 99679-7996 (46) 3220-0219 | inv.rafaelrodrigues@pc.pr.gov.br |
| 1ª SDP Paranaguá | Wilson Luciano Junior | Agente de Polícia Judiciária | (41) 3420-3600 (41) 98511-5888 | Inv.wilsonlucianojr@pc.pr.gov.br |
| DP Matinhos | Daniel Cortes | Agente de Polícia Judiciária | (41) 3511-0300 | danielfunrespol@pc.pr.gov.br |
| DP Fazenda Rio Grande | Gabriel Francisco Miqueletto | Agente de Polícia Judiciária | (41) 3608-7215 ou (41) 99506-1994 | inv.gfmiqueletto@pc.pr.gov.br |
| DP Araucária | Cícero Klammer | Agente de Polícia Judiciária | (41) 3641-6000 | ccklammer@pc.pr.gov.br |
| 1ª DRP São José dos Pinhais | Fábio Machado dos Santos | Delegado de Polícia | (41) 3587-6802 | del.fabiosantos@pc.pr.gov.br |
| DP Almirante Tamandaré | Emir da Silveira | Agente de Polícia Judiciária | (41) 3874-5100 (41) 98866-4157 | emirdasilveira@pc.pr.gov.br |
| DP Pinhais | Alexandre Pires | Agente de Polícia Judiciária | (41) 3665-5250 (41) 99859-7076 | inv.apires@pc.pr.gov.br |
| Havendo vistoria, em atendimento ao art. 63, §4º, da Lei nº 14.133/2021, deve ser disponibilizado datas e horários distintos aos eventuais interessados, de modo a evitar o contato entre os licitantes. | | | | |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 44 de 75

19.2 Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante dos Modelos de Declaração (Modelo 3 do Anexo VI deste Edital).

19.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

19.4 Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto

20 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

20.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 3921 Polícia Civil do Estado do Paraná / 3966 FUNESP; Fonte de Recurso: 500 , 501, 703 e 759; Programa de Trabalho: 8497 e 8602 Elemento de Despesa: 3390.39

21 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

22 DECRETO ESTADUAL N.º 10.086/2022

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 13 de março de 2026

Aline Aparecida de Lima Morello
Agente de Polícia Judiciária

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 45 de 75

Anexo I A – Termo de Referência IMR INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito, anexo ao contrato, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme previsto no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, artigos 417 a 419, para a avaliação da qualidade do serviço. A Fiscalização Técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, incluindo as previstas no presente anexo, sempre que a CONTRATADA:

1.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

1.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

2 OBJETIVOS A ATINGIR

2.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, cujo principal objetivo é assegurar a prestação dos serviços, no qual a CONTRATADA deverá executá-los conforme rotinas previstas nas especificações contidas neste Instrumento, de forma contínua e com elevados níveis de qualidade, sob a supervisão da Equipe de Fiscalização do Instituto, identificando eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar a medição de resultados na prestação do serviço.

3 FORMA DE AVALIAÇÃO

3.1 Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor do pagamento devido. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar à CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

3.2 A CONTRATADA deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.3 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

4 SANÇÕES

4.1 Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a CONTRATANTE poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

4.2 O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

4.3 O IMR deve ser considerado e entendido pela CONTRATADA como um compromisso de qualidade que assumirá junto à CONTRATANTE. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida. Para o recebimento integral do valor contratado, a CONTRATADA deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

4.4 O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados. Para consecução destes objetivos deverá ser adotada as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos indi-

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 46 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

cadores abaixo.

4.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato. A análise dos resultados destas avaliações pela CONTRATANTE poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a CONTRATADA não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

4.6 A depender da abrangência da ocorrência, a mesma poderá ser pontuada, simultaneamente, em mais de um item do IMR mensal, sujeitando a CONTRATADA às respectivas glosas e sanções. O somatório das glosas mensais fica limitado ao percentual de 10% (dez por cento) das medições, estando, contudo, a CONTRATADA sujeita às demais sanções e penalidades contratuais cabíveis.

4.7 Para efeito de cálculo de Glosas, salvo se orientado de maneira específica nos quadros de indicadores do IMR, quando a referência para o cálculo for o valor da Medição Mensal, considerar-se-á o valor da medição correspondente à data da ocorrência do fato apontado. Quando não for possível afirmar tal data, considerar-se-á a data da constatação pela Fiscalização da CONTRATANTE.

5 DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS

5.1 A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o mês de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.

5.2 Para tanto, serão 05 (cinco) indicadores distintos que serão avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final, por faturamento, conforme tabelas que seguem:

| INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR | |
|--|---|
| SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ELEVADORES E PLATAFORMAS DE ACESSIBILIDADE | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Garantir a prestação do serviço e a fiel execução do contrato. |
| Meta a cumprir | Avaliação positiva acima de 90% dos itens apurados. |
| Instrumento de medição | Tabulação dos resultados obtidos pela avaliação dos requisitos de medição. |
| Forma de acompanhamento | Por meio de pontuação dos itens a serem observados durante a execução do contrato, bem como informação ao Fornecedor caso necessário para melhoria do resultado. |
| Periodicidade | Mensal. |
| Mecanismo de Cálculo | Deverá ser somado cada nota dos requisitos medidos, sendo adotado no máximo nota 20 (vinte) para cada item. Ao final da apuração estando abaixo de nota 90 (noventa), será então realizado o pagamento proporcional conforme a nota obtida. Notas obtidas de 90 a 100 será realizado o pagamento integral da nota fiscal. |
| Início da Vigência | Data de assinatura do contrato |
| Base de Cálculo para incidência dos descontos | Valor total da nota fiscal mensal. |
| Faixas de ajustes no pagamento | 90 a 100 – Pagamento integral 00 a 89 – Pagamento proporcional conforme a nota obtida |
| Faixa de Descontos | Notas: 90 a 100 – Pagamento integral |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 47 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| | | |
|--|--|---|
| | 80 – 89 – Desconto de 05% + Verificar necessidade de Sanções Adm. do Edital 70 – 79 – Desconto de 10% + Verificar necessidade de Sanções Adm. do Edital 60 – 69 – Desconto de 15% + Verificar necessidade de Sanções Adm. do Edital 00 – 59 – Desconto de 20% + Verificar necessidade de Sanções Adm. do Edital | |
| | REQUISITOS | ANÁLISE OBJETIVA (Descontos de pontos) |
| Requisitos a serem medidos e suas definições OBJETIVAS (máximo 20 pontos para cada item) | I – Pontualidade das Manutenções Programadas | Faltas injustificadas 01 (um) ponto a cada 30 (trinta) minutos de atraso. Exemplo: 30min de atraso = 1 ponto 1h45min de atraso = 4 pontos |
| | II – Uso de EPI´s | Conforme as NBR´s aplicáveis a cada falta de EPI será descontado 02 (dois) pontos. |
| | III – Resposta de Manutenção Corretiva dentro dos prazos | Faltas injustificadas 01 (um) ponto a cada 30 (trinta) minutos de atraso, após o limite estabelecido para as Manutenções Corretivas no Termo de Referência. Exemplo: 30min de atraso = 1 ponto 1h45min de atraso = 4 pontos |
| | IV – Emissão dos Relatórios de Manutenções | Desconto de 02 (dois) pontos por dia de atraso na entrega dos relatórios. |
| | V – Limpeza geral e destinação de resíduos e insumos corretos | Materiais de descarte deixados na Sede das unidades policiais do DPC 02 (dois) pontos por volume. Exceto material que seja de descarte simples e com recolhimento público rotineiro, exemplo material reciclável como papelão ou plástico. |

6 **FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS**

6.1 O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

| INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO MANUTENÇÃO DE ELEVADOR E PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE DPC MÊS XX/2024 | | | | |
|--|---|--------------------------|-----------------|------------------------|
| Requisitos | Descontos | Pontuação obtida do item | Pontuação total | Análise para pagamento |
| I – Pontualidade das Manutenções Programadas | Atraso de 50 minutos no dia xx/09/2023. (-2) | 18 | 94 | Apto/Integral |
| II – Uso de EPI´s | Funcionário sem a luva de proteção. NBR XXXX (-2) | 18 | | |
| III – Resposta de Manutenção Corretiva dentro dos prazos | Sem descontos | 20 | | |
| IV – Emissão dos Relatórios de Manutenções | Sem descontos | 20 | | |
| V - Limpeza geral e destinação de resíduos e insumos corretos | Deixado 01 lata de graxa no interior do elevador (-2) | 18 | | |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 48 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1 Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre a SESP/DPC e a empresa XXXXXXXXXX, CNPJ nºXXXXXXXXXX, e é parte integrante do contrato decorrente do Edital Pregão Eletrônico nºXX/2024, celebrado para Prestação de serviços de manutenção de elevadores e plataformas de acessibilidade, incluído o fornecimento de peças, quando necessário, para atender a demanda do Departamento da Polícia Civil do Paraná.
- 7.2 Além disso, o espírito deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando juntos no provimento de serviços de qualidade e com eficiência, visando garantias para o interesse público.
- 7.3 A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

Curitiba, 13 de Março de 2026

Aline Aparecida de Lima Morello
Agente de Polícia Judiciária



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 49 de 75

ANEXO II DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), e os documentos dos itens 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
- Registro comercial, no caso de empresa individual.
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações;
- Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício, no caso de sociedades civis,
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidões de regularidade com a:
 - Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);
 - Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para os licitantes sediados em outro Estado da Federação); e
 - Fazenda Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 50 de 75

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
LG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC = -----; e
Passivo Circulante

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a **1(um) no índice de Liquidez Geral (LG)**; superior ou igual a **1(um) no índice de Solvência Geral (SG)**; superior ou igual a **1(um) no índice de Liquidez Corrente (LC)**, observando a **Súmula nº 289 do TCU**, e considerando apenas exigências indispensáveis à execução das obrigações.

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar **capital social ou patrimônio líquido** mínimo de **10% do valor estimado da contratação ou item pertinente**.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1. 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento de **1 (um) ou mais atestados** em quantidade de no mínimo **30%** (trinta por cento) do lote licitado.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.6 DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO (Anexo VI);

1.7 Demais declarações:

- **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (Anexo V);**
- **NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES (Anexo V);**
- **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS (Anexo V);**
- **DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V);**
- **DECLARAÇÃO LGPD (Anexo X).**

1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022).

1.8.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certi-

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 51 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

dões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.8.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.9 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.10 Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.11 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.12 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 52 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 630/2024 - UASG: 453079

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO

| | |
|-----------------------|--------------------------|
| Prestador de serviço: | |
| CNPJ/CPF : | Inscrição Estadual : |
| Endereço | : |
| Bairro: | |
| CEP: | Cidade: Estado: |
| Telefone: | Fax: e-mail: |
| Banco: | Agência: Conta-corrente: |

Constitui objeto desta licitação: Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas de acessibilidade, atendendo as necessidades do Departamento da Polícia Civil na região de Curitiba (Sede do DPC - Casa Rosada, Sede do Instituto de Identificação do Paraná - IIPR e Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP), Região Metropolitana (Almirante Tamandaré, Araucária, Fazenda Rio Grande, Pinhais, São José dos Pinhais), Litoral (Matinhos e Paranaguá), Interior região norte do Estado (Ivaiporã e Londrina) e Interior região oeste do Estado (Cascavel, Guaíra e Pato Branco).

| LOTE 1 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de CURITIBA (Ampla Concorrência) | | | | | | | |
|---|------------|--|--|------------|----------------|--------------------|-------------------|
| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
| 1 | 0314.64141 | Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa - DHPP | Elevador marca OAMV, modelo OAMV, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 pessoas | 1 | | | |
| | | Sede DPC – Casa Rosada | Elevador marca Conistel, pavimento P2, capacidade 150 kg | 1 | | | |
| | | Sede DPC – Casa Rosada | Elevador marca Conistel, pavimento P2, capacidade 4 passageiros | 1 | | | |
| | | Sede DPC – Casa Rosada | Plataforma de Acesso Conistel, capacidade máx 225 kg | 2 | | | |
| | | Instituto de Identificação do Paraná – IIPR | Elevador marca Vitaltec, capacidade 400 kg, pavimento P3 | 1 | | | |
| 2 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | | | |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 53 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| Valor total do lote 1 | | | | | | | |
|---|----------------|--|--|------------|----------------|--------------------|-------------------|
| LOTE 2 – Manutenção dos elevadores e plataformas na REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (Ampla Concorrência) | | | | | | | |
| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
| 3 | 0314.6 4141 | Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré | Elevador marca Daiken, modelo HL 03, pavimento P2, capacidade 225 kg | 1 | | | |
| | | Delegacia de Polícia de Araucária | Elevador marca Ortobrás, modelo UR EX, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 1 | | | |
| | | Delegacia de Polícia de Fazenda Rio Grande | Elevador marca Otis, modelo FAA24350BK1, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 1 | | | |
| | | Delegacia de Polícia de Pinhais | Elevador marca Elevek top Elevadores, pavimento P2, capacidade 675 kg ou 7 passageiros | 1 | | | |
| | | 1ª Delegacia Regional de Polícia de São José dos Pinhais | Elevador marca Atlas Schindler, Schindler 3300, pavimento P3, capacidade 675 kg | 1 | | | |
| | | Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré | Plataforma de Acesso marca Daiken, modelo Fusion AC 02, capacidade máx 325 kg | 1 | | | |
| 4 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | | | |
| Valor total do lote 2 | | | | | | | |
| LOTE 3 – Manutenção dos elevadores e plataformas na REGIÃO LITORAL DO PARANÁ (Exclusivo ME e EPP) | | | | | | | |
| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
| 5 | 0314.6 4141 | Delegacia de Polícia de Matinhos | Elevador marca OAMV, modelo OAMV-V700, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 1 | | | |
| | | 1ª Subdivisão Policial de Paranaguá – 1º SDP | Elevador marca OAMV, Nihil, pavimento P3, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 1 | | | |
| 6 | 3903- | Todas as | Reposição de peças no valor | 12 meses | | | |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 54 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| | | | | | | | |
|---|-------------|---|--|------------|----------------|--------------------|-------------------|
| | 95382 | unidades do lote | de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | | | | |
| Valor total do lote 3 | | | | | | | |
| LOTE 4 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de IVAIPORÃ (Exclusivo ME e EPP) | | | | | | | |
| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
| 7 | 0314.6 4141 | 54ª Delegacia Regional de Polícia de Ivaiporã | Elevador marca Montele, modelo EL 200, pavimento P2, capacidade 600 kg ou 8 passageiros | 1 | | | |
| 8 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | | | |
| Valor total lote 4 | | | | | | | |
| LOTE 5 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de LONDRINA (Exclusivo ME e EPP) | | | | | | | |
| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
| 9 | 0314.6 4141 | 10ª Subdivisão Policial de Londrina – 10ª SDP | Elevador de passageiros marca Libra, pavimento P3, capacidade 675 kg | 1 | | | |
| 10 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | | | |
| Valor total lote 5 | | | | | | | |
| LOTE 6 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de CASCAVEL (Exclusivo ME e EPP) | | | | | | | |
| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
| 11 | 0314.6 4141 | 15ª Subdivisão Policial de Cascavel – 15ª SDP | Elevador de passageiros marca Libra, Elevador hidráulico cabina 1200X1400, pavimento P3, capacidade 675 kg | 1 | | | |
| 12 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | | | |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 55 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| | | | | | | | |
|--|----------------|---|--|------------|----------------|--------------------|-------------------|
| Valor total lote 6 | | | | | | | |
| LOTE 7 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de GUAÍRA (Exclusivo ME e EPP) | | | | | | | |
| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
| 13 | 0314.6 4141 | 13ª Delegacia Regional de Polícia de Guaíra | Elevador marca Atlas Schindler, Schindler 3000, pavimento P2, capacidade 630 kg ou 8 pessoas | 1 | | | |
| 14 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | | | |
| Valor total lote 7 | | | | | | | |
| LOTE 8 – Manutenção dos elevadores e plataformas na cidade de PATO BRANCO (Exclusivo ME e EPP) | | | | | | | |
| Item | Código GMS | Unidade Policial | Descrição - DPC | Quantidade | Valor unitário | Valor total mensal | Valor total anual |
| 15 | 0314.6 4141 | 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco | Elevador marca Ortobrás, modelo LW 1001, pavimento P3, capacidade 600 kg ou 8 pessoas | 1 | | | |
| 16 | 3903-95382 | Todas as unidades do lote | Reposição de peças no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) anual. (NÃO É OBJETO DE DISPUTA). * Não devem ser ofertados lances para este item. | 12 meses | | | |
| Valor total lote 8 | | | | | | | |
| VALOR TOTAL ANUAL (SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO) | | | | | | | |
| VALOR TOTAL ANUAL (REPOSIÇÃO DE PEÇAS) | | | | | | | |
| VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO | | | | | | | |
| VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO | | | | | | | |

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.
3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.
4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.
5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.
6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 56 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 57 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º **630/2024** - UASG: **453079**, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 58 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da Lei:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Representante Legal



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 59 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO
02 – TERMO DE VISTORIA

(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº 630/2024 - UASG: 453079

Declaramos que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXXX, por meio de seu representante XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação na licitação, vistoriou as instalações dos:

| UNIDADE POLICIAL | SERVIDOR RESPONSÁVEL DA UNIDADE | CARGO | TELEFONE | E-MAIL |
|---|---------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|---|
| Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa | Melina Scheneider Bastos | Agente de Polícia Judiciária | (41) 99206-1601 (41) 3261-6000 | inv.melinabastos@pc.pr.gov.br |
| Sede DPC - Casa Rosada | Ademar Schons | DPC | (41) 3320-2724 | schoneguer@pc.pr.gov.br |
| Instituto de Identificação | Ronaldo Letuan | Papiloscopista | (41) 3320-2724 | pp_ronaldoletuan@ii.pr.gov.br |
| 15ª SDP Cascavel | Everton Klauss | Agente de Polícia Judiciária | (45) 3301-5700 (45) 99935-9490 | inv.eklauss@pc.pr.gov.br |
| 54ª DRP Ivaporã | Aparecido Pinto da Silva | Agente de Polícia Judiciária | (43) 3472-1181 | aparecidopinto@pc.pr.gov.br |
| 13ª DRP Guaíra | Jaime Singo | Agente de Polícia Judiciária | (44) 3642-8900 | jsingo@pc.pr.gov.br |
| 10ª SDP Londrina | Luciano Romero Melquiades | Agente de Polícia Judiciária | (43) 3878-3000 (43) 98824-9406 | lrmelquiades@pc.pr.gov.br |
| 5ª SDP Pato Branco | Thiago Henrique Vailatti | Agente de Polícia Judiciária | (46) 99912-1531 (46) 3220-0219 | inv.vailatti@pc.pr.gov.br |
| 1ª SDP Paranguá | Sergio Quirino do Nascimento | Agente de Polícia Judiciária | (41) 3420-3600 (41) 99667-8441 | quirino@pc.pr.gov.br |
| DP Matinhos | Daniel Cortes | Agente de Polícia Judiciária | (41) 3511-0300 | danielfunrespol@pc.pr.gov.br |
| DP Fazenda Rio Grande | Cleyton Roberto Mueller | Agente de Polícia Judiciária | (41) 3608-7215 | inv.cleytonrobertomueller@pc.-pr.gov.br |
| DP Araucária | Cícero Klammer | Agente de Polícia Judiciária | (41) 3641-6000 | ccklammer@pc.pr.gov.br |
| 1ª DRP São José dos Pinhais | Fábio Machado dos Santos | Delegado de Polícia | (41) 3587-6802 | del.fabiosantos@pc.pr.gov.br |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 60 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| | | | | |
|------------------------|------------------|------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| DP Almirante Tamandaré | Emir da Silveira | Agente de Polícia Judiciária | (41) 3874-5100 (41) 98866-4157 | emirdasilveira@pc.pr.gov.br |
| DP Pinhais | Alexandre Pires | Agente de Polícia Judiciária | (41) 3665-5250 (41) 99859-7076 | inv.apires@pc.pr.gov.br |

onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.
Por ser verdade, firmamos o presente.

Local e data.

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA

NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 61 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO
03 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº **630/2024** - UASG: **453079**

Declaro que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços. Por ser verdade, firmo o presente.

Local e data.

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 62 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

ANEXO VII
LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

| |
|---|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE1 Divisão de Homicídios e Proteção Pessoa DHPP |
| Endereço: Rua Paulo Turkiewicz, 145, Tarumã, Curitiba/PR – CEP 82.821-030 – e-mail dhpp@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (41) 3261-6000 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|---|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 01 Departamento da Polícia Civil – Casa Rosada |
| Endereço: Avenida Iguaçu 470, Rebouças, Curitiba/PR – CEP 80230-020 – e-mail: arc@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (41) 3235-6400 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|--|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 01 Instituto de Identificação do Paraná IIPR |
| Endereço: Rua Pedro Ivo, 386, Centro, Curitiba/PR - CEP 80.010-020 – |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (41) 3320-2700 e (41) 3200-5001 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|---|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 02 Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré |
| Endereço: – Rua Domingos Scucato, 1166, Jardim Monte Santo, Almirante Tamandaré/PR – CEP 83.501-020, e-mail: dpalmirantetamandare@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (41) (41) 3874-5100 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|---|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Procuradoria-Geral do Estado do Paraná Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022. Atualização: junho de 2023. |



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 63 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| |
|---|
| Local de prestação dos serviços LOTE 02 Delegacia de Polícia de Araucária |
| Endereço: Rua Santa Catarina, 580, Cachoeira, Araucária, Paraná/PR – CEP 83.708-440 e-mail: dparaucaria@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (41) 3641-6000 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|---|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 02 Delegacia de Polícia de Fazenda Rio Grande |
| Endereço: Rua Ten. Sandro Luiz Kampa 114, Pioneiros, Fazenda Rio Grande/PR – CEP: 83.833-090 – e-mail: dpfazendariogrande@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (41) 3608-7200 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|--|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 02 Delegacia de Polícia de Pinhais |
| Endereço: Rua Europa 211, Centro, Pinhais/PR – CEP: 83.323-300 – e-mail: dppinhais@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (41) 3665-5250 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|--|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 02 1ª Delegacia Regional de Polícia de São José dos Pinhais |
| Endereço: Rua Argemiro Lemos Baptista, s/nº, Cidade Jardim, São José dos Pinhais/PR – CEP: 80.035-335 – e-mail: dpsaojosepinhais@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (41) 3587-6800. |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|---|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 02 Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré |
| Endereço: – Rua Domingos Scucato, 1166, Jardim Monte Santo, Almirante Tamandaré/PR – CEP 83.501-020, e-mail: dpalmirantetamandare@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (41) (41) 3874-5100 |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 64 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

| |
|--|
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |
|--|

| |
|--|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 03 Delegacia de Polícia de Matinhos |
| Endereço: Rua Antonina s/n, Centro, Matinhos/PR – CEP: 83.260-000 – e-mail: dpmatinhos@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (41) 3511-0300 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|--|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 03 1a Subdivisão Policial de Paranaguá |
| Endereço: Rua Domingos Peneda 2850, Vila Itiberê, Paranaguá/PR – CEP: 83.209-235 – e-mail: dpparanagua@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (41) 3420-3600 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|---|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 04 54ª Delegacia Regional de Polícia de Ivaiporã |
| Endereço: Rua Ceará, 2410, Centro, Ivaiporã/PR – CEP 86.870-000, e-mail: dpivaipora@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (43) 3472-1181 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|--|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 05 10ª Subdivisão Policial de Londrina |
| Endereço: Avenida Luigi Amorese esquina com Av. Universo, Londrina/PR – CEP 86.039-060, e-mail: dplondrina@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (43) 3878-3000 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|--|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 06 15ª Subdivisão Policial de Cascavel |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|-------------------------------------|---|---------------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 65 de 75 |
|-------------------------------------|---|---------------------------------|

| |
|--|
| Endereço: Rua Eduardo Tadeu Mellani, 208, Centro, Cascavel/PR – CEP 85.801-070, e-mail: dpcascavel@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (45) 3301-5700 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|--|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 07 13ª Delegacia Regional de Polícia de Guaíra |
| Endereço: Rua Ministro Gabriel Passos, 365, São José, Guaíra/PR – CEP 85.980-000, e-mail: dpguaira@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (44) 3642-8900 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

| |
|---|
| Secretaria da Segurança Pública / Polícia Civil do Paraná |
| Local de prestação dos serviços LOTE 08 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco |
| Endereço: Travessa Goiás, 55, Centro, Pato Branco/PR – CEP 85.505-005, e-mail: dppatobranco@pc.pr.gov.br |
| Responsável pelo Recebimento: Delegado |
| Telefone: (46) 3220-0200 |
| Horário de Funcionamento: Dás 08:00 às 17:00 de segunda a sexta feira |

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 66 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

ANEXO VIII
MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXXXXX

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba/PR, CEP: 80.420-170, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representado pelo Secretário de Segurança Pública, Cel PM RR Hudson Leônício Teixeira, nomeado pelo Decreto nº 12/2023 de 01/01/2023, inscrito no CPF sob o n.º 840.630.419-72, portador da carteira de identidade n.º 5.546.799-4.

CONTRATADO(A): NOME, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por NOME E QUALIFICAÇÃO, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º PE-630/2024, (protocolo n.º 21.816.493-5 do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas de acessibilidade, incluindo troca de peças quando necessário, para atender a demanda do Departamento da Polícia Civil/DPC na região de Curitiba (Sede do DPC - Casa Rosada, Sede do Instituto de Identificação do Paraná - IIPR e Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP); Região Metropolitana (Almirante Tamandaré, Araucária, Fazenda Rio Grande, Pinhais, São José dos Pinhais); Litora (Matinhos e Paranaguá); Interior: Região Norte do Estado (Ivaiporã e Londrina); e Região Oeste do Estado (Cascavel, Guaíra e Pato Branco), conforme descrito no Termo de Referência

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº **630/2024** - UASG: **453079**, objeto do processo administrativo n.º 21.816.493-5, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado nº XXXXXXXXX, de XXXXXXXXX e conforme ato de autorização no Movimento nº. XXXX deste protocolo.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços (**unitários**) previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

3.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

3.4 O valor estimado de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais), correspondente à aquisição de peças de reposição, não integra o valor contratual, sendo considerado apenas como previsão orçamentária da Administração, para cobertura de eventuais reposições durante a execução contratual, sob responsabilidade da própria Administração.

4. REAJUSTE

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, utilizando-se do **IPCA**.

4.1.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

4.1.1.1 Fica fixada a data base de **02/03/2026** (data do fechamento do mapa de preços) como data do orçamento estimado.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 67 de 75

4.1.2 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

5. DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução **a empreitada por preço unitário**.

6.2 O serviço terá **início** em até **10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato;

6.3 Os serviços serão prestados no(s) local(is): previamente ajustado entre as partes, conforme especificado no (anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de **5 (cinco) dias**.

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos **definitivamente** no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação orçamentária: 3921.06.183.30.8497 / 3966.06.183.30.8602

Elemento da despesa: 3390.3916

Fonte: 500.000.000 / 501.000.147 / 703.000.148 / 759.000.113

8 VIGÊNCIA:

8.1 O contrato terá vigência de **12 meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 68 de 75

9 PAGAMENTO:

9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

9.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso essa não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

9.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 69 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;

10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.17.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.17.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.1.18 a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 70 de 75

execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelo motivo de haver restrição na competitividade, assim como tornar a licitação desvantajosa em termos econômicos. Considerando que o serviço a ser licitado é relativamente de baixo custo, não se vê necessária a cobrança da garantia.

12. PENALIDADES:

12.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

13 CASOS DE EXTINÇÃO:

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

13.2 Constituem motivo para extinção do contrato:

13.2.1 O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

13.2.2 O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

13.2.3 A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

13.2.4 O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRA-

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 71 de 75

TANTE;

13.2.5 A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.6 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

13.2.7 O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

13.2.8 O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

13.2.9 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

13.2.10 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

13.2.11 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.2.12 Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2.13 A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

13.2.14 Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

13.2.15 A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

13.2.16 A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

13.2.17 O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.2.18 A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

13.2.19 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

13.2.20 O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

13.2.21 A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

13.2.22 O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

13.3 O presente instrumento poderá ser extinto:

13.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.3.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

13.3.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.4 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.5 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.6 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº
21.816.493-5

Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 72 de 75

de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

14.2.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.2.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

14.2.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas mediante termo aditivo ao contrato.

14.4 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a Subcontratação do Objeto Licitado.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 73 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

- 16.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
- 16.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.
- 16.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
- 16.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 17.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.
- 17.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.
- 17.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.
- 17.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 74 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal



| | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Protocolo nº 21.816.493-5 | Pregão nº PE-630/2024 (UASG: 453079) | Edital - página 75 de 75 |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|

ANEXO X
DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
 - 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - 1.2. referentes a participações societárias;
 - 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
 - 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
 - 1.5. estado civil;
 - 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
 - 1.7. relações de parentesco;
 - 1.8. número de telefone;
 - 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Documento: **EditalPE630_2024.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Caroline Maia Leal (XXX.010.419-XX)** em 08/04/2026 14:54 Local: SESP/DEST/CL.

Inserido ao protocolo **21.816.493-5** por: **Caroline Maia Leal** em: 08/04/2026 14:54.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: